



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE GEOGRAFIA

ODUVALDO COUTO BORGES

**O BAIRRO AMAPÁ NO CONTEXTO URBANO CONTEMPORÂNEO DE  
MARABÁ: DIAGNÓSTICO SOCIOESPACIAL E AS RELAÇÕES ENTRE O  
BAIRRO E A CIDADE**

MARABÁ  
2021

ODUVALDO COUTO BORGES

**O BAIRRO AMAPÁ NO CONTEXTO URBANO CONTEMPORÂNEO DE  
MARABÁ: DIAGNÓSTICO SOCIOESPACIAL E AS RELAÇÕES ENTRE O  
BAIRRO E A CIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado à Faculdade de Geografia do  
Instituto de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do  
Pará, como requisito para obtenção do grau  
de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius  
Mariano de Souza

MARABÁ  
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares**

---

B732b Borges, Oduvaldo Couto

O bairro Amapá no contexto urbano contemporâneo de Marabá: diagnóstico socioespacial e as relações entre o bairro e a cidade / Oduvaldo Couto Borges. — 2021.

89 f. : il. color.

Orientador (a): Marcus Vinicius Mariano de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Bacharelado em Geografia, Marabá, 2021.

1. Bairros - Condições sociais – Marabá (PA). 2. Cidades e vilas – Marabá (PA). 3. Bairros – Aspectos econômicos - Marabá (PA) - História. 4. Política pública. I. Souza, Marcus Vinicius Mariano de, orient. II. Título.

---

CDD: 22. ed.: 307.3362098115

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

ODUVALDO COUTO BORGES

**O BAIRRO AMAPÁ NO CONTEXTO URBANO CONTEMPORÂNEO DE  
MARABÁ: DIAGNÓSTICO SOCIOESPACIAL E AS RELAÇÕES ENTRE O  
BAIRRO E A CIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado à Faculdade de Geografia do  
Instituto de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do  
Pará, como requisito para obtenção do grau  
de Bacharel em Geografia.

Data de Aprovação: 16 de dezembro de 2021

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano - Orientador

Doutor em Geografia

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

---

Prof. Dr. Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues - Avaliador

Doutor em Geografia

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

---

Prof. Dr. Gustavo da Silva - Avaliador

Doutor em Geografia

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Dedico ao DEUS Trino, pois me redimiou e está me abençoando com esta graduação: “A benção do Senhor é a base da verdadeira riqueza, pois não traz tristezas e preocupações” Provérbios capítulo 10 versículo 22.

Dedico a minha família, a meu Pai Arlindo Ferreira Borges, a minha Mãe Lindinalva Gonçalves Couto Borges, aos meus irmãos Maria Edna (Marcinha), Estênio (Coutinho), Claudio (Marrudão), Marcelo (Filhote de passarinho), André (Deco) e Andréia (Deca); pois, mesmo estando tão longe fisicamente se fazem presente pelas bases que me proporcionaram chegar até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao DEUS criador dos céus e da terra e de tudo que neles habitam por ter me concedido forças para chegar até aqui, são 21 anos após ter concluído o ensino médio. Agradeço aos meus pais que me deram apoio e irmãos que sempre estiveram ao meu lado. Não posso deixar de mencionar a Igreja do Senhor JESUS presente em Itajuípe/BA e Marabá/PA, duas cidades que me acolheram e onde a Igreja do Senhor se faz presente.

Agradeço também as minhas tias Satulina, Anália, Zenaide, Olídia estas sempre tiveram um carinho especial por mim, também as minhas primas Joana, Delice que tiveram o mesmo apreço. Aos amigos também que tive nesta caminhada, nos trabalhos como: vendedor ambulante picolé, feirante, sorveteiro, Agrimensor, funcionário público no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Prefeitura de Marabá; na busca do saber: na Escola Bíblica, nos Ensinos Fundamental e Médio, na Escola Média Agropecuária Regional CEPLAC (EMARC/IF Baiano), nos cursos preparatórios (professoras Vilma e Suraia etc.), na UNIFESSPA.

## RESUMO

O diagnóstico socioespacial urbano consiste na análise de fatores que levaram ao real estado que se apresenta aquele espaço. Quais poderiam ser os atores, as políticas, os elementos naturais de valor econômico ou a combinação destes todos que levaram a aquele resultado visto no espaço? Neste trabalho será apresentado um diagnóstico socioespacial do bairro Amapá no contexto urbano contemporâneo da cidade de Marabá-PA; este diagnóstico começa a análise a partir de 1970 e vai até o ano de 2021. Sendo um dos bairros mais antigos e considerado como um dos mais importantes do município, devido a concentração de variados serviços públicos, o Amapá é conhecido por muitos nomes pejorativos em razão da condição social e econômica da maioria da população. Nesse sentido, o presente trabalho traz um levantamento bibliográfico dos elementos histórico-econômico que influenciaram no que se é visto no bairro e mostra as características econômicas da população, a infraestrutura do bairro, as atividades de cidadania desenvolvidas, a relação social entre os moradores, problemas e preferências, e a relação socioespacial com os demais bairros. Os resultados deste diagnóstico são, entre outros: um bairro carente de infraestrutura em saneamento onde se concentra a maior parte da população; situação econômica de mais de 1/3 da população no limite da linha da pobreza considerando as condições atuais; dependência de serviços e produtos; e uma divisão do bairro em três partes considerando a infraestrutura e renda. Quanto a relação entre o bairro e a cidade nota-se que o Loteamento Cidade Nova possui maior vínculo com o Amapá, bem como a Marabá Pioneira e a Nova Marabá. Para fazer este diagnóstico buscou-se: sistematizar os fatos históricos, utilizar os dados censitários do IBGE do ano de 2010 para caracterização do bairro; e por meio de uma pesquisa de campo mostrar o Amapá de 2021 e as relações entre o bairro e a cidade de Marabá.

**Palavras-chave:** DIAGNÓSTICO SOCIOESPACIAL. BAIRRO AMAPÁ. RELAÇÃO SOCIOESPACIAL.

## ABSTRACT

The urban sociospatial diagnosis consists of the analysis of factors that led to the real state of that space. What could be the actors, the policies, the natural elements of economic value or the combination of these all that led to that result seen in space? In this work, a socio-spatial diagnosis of the Amapá neighborhood in the contemporary urban context of the city of Marabá-PA will be presented; the diagnosis starts the analysis from 1970 onwards and goes until the year 2021. Being one of the oldest neighborhoods and considered one of the most important in the city, due to the concentration of various public services, Amapá is known by many pejorative names due to the social status of the majority of the population. In this sense, this work presents a bibliographical survey of the historical-economic elements that influenced what is seen in the neighborhood and shows the economic characteristics of the population, the infrastructure, the citizenship activities developed, the social relationship between the residents, problems and preferences, and the sociospatial relationship with other neighborhoods. The results of this diagnosis are, between others: a neighborhood lacking in sanitation infrastructure where most of the population is concentrated; economic situation of more than 1/3 of the population at the limit of the poverty line considering the current conditions; dependence on services and products; and a division of the neighborhood into three parts considering infrastructure and income. As for the relationship between the neighborhood and the city, it is noted that the Cidade Nova Lot has a greater link with Amapá, as well as Marabá Pioneira and Nova Marabá. To make this diagnosis, we sought: systematize the historical facts, use IBGE census data for the year 2010 to characterize the neighborhood; and through field research to show Amapá 2021 and the relationship between the neighborhood and the city of Marabá.

Keywords: DIAGNOSIS SOCIOESPATIAL. AMAPÁ NEIGHBORHOOD. SOCIO SPACE RELATIONSHIP.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Foto da Aplicação de questionário na área denominada Canto Verde .....	18
Figura 02 – Mapa da Rota de escoamento pelo rio Tocantins e a nova configuração do polígono dos Castanhais .....	23
Figura 03 – Mapa de áreas para uso da Pecuária no Sul e Sudeste do Pará .....	26
Figura 04 – Mapa das áreas de Mineração e pesquisa de 1957 a 1977 no Sul e Sudeste do Pará .....	29
Figura 05 – Mapa das áreas de mineração e Pesquisa de 1980 a 1999 .....	31
Figura 06 – Mapa das áreas de mineração e Pesquisa de 2000 a 2020 .....	32
Figura 07 – Mapa de localização do bairro Amapá .....	36
Figura 08 – Foto do Projeto Urbanístico da Nova Marabá .....	38
Figura 09 – Mapa das áreas com Geocódigos identificados como bairro Amapá .....	42
Figura 10 – Foto do Chafariz comunitário no bairro Amapá .....	57
Figura 11 – Mapa de Localização das atividades econômicas do bairro Amapá .....	58
Figura 12 – Imagem do Local antes da construção da Orla .....	59
Figura 13 – Foto da Orla do Amapá, implantação do empreendimento .....	60
Figura 14 – Imagem temporal de instalação da Orla do Amapá .....	60
Figura 15 – Mapa de identificação da área Canto Verde .....	63
Figura 16 – Foto das Escolas do bairro Amapá .....	67
Figura 17 – Foto da Instituição FUNCAD .....	68
Figura 18 – Foto do Instituto SERVI .....	68
Figura 19 – Foto do Ponto de Lazer no rio Itacaiúnas .....	71

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Quantidade de Substancias para autorização e Pesquisa no Sul e Sudeste do Pará de 1980 a 1999 .....	30
Gráfico 02 – Quantidade de Substancias para Concessão de Lavra de 1980 à 1999.....	30
Gráfico 03 – Taxa de iluminação pública por domicílio do bairro Amapá e de Marabá .....	43
Gráfico 04 – Domicílios com rede geral de distribuição de água e com poço ou nascente no bairro Amapá e em Marabá-PA em 2010 .....	44
Gráfico 05 – Domicílios que possuíam banheiro e esgotamento sanitário de rede de esgoto ou pluvial ou fossa séptica no bairro Amapá e em Marabá em 2010 .....	46
Gráfico 06 – Rendimento domiciliar mensal Per capita no bairro Amapá em 2010 .....	47
Gráfico 07 – Rendimento domiciliar mensal Per capita em Marabá em 2010 .....	48
Gráfico 08 – Pessoas do sexo feminino com e sem rendimento nominal mensal no bairro Amapá e em Marabá-PA em 2010 .....	49
Gráfico 09 – Pessoas do sexo masculino com e sem rendimento nominal mensal no bairro Amapá e em Marabá-PA em 2010 .....	50
Gráfico 10 – Responsável pelo domicilio por sexo no bairro Amapá e em Marabá-PA em 2010 .....	51

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Quantidade de Substancias para autorização e pesquisa 2000 a 2020 .....	32
Tabela 02 – Quantidade de Substancias para concessão de lavra década de 2000 .....	33
Tabela 03 – Posse e infraestrutura dos imóveis .....	56
Tabela 04 – Comparação da renda domiciliar Per capita mensal .....	61
Tabela 05 – Fonte de Renda oriundas de benefícios previdenciários .....	62
Tabela 06 – Auxilio do Estado .....	62
Tabela 07 – Responsáveis por sustentar a família economicamente .....	64
Tabela 08 – Ocupações e profissões .....	64
Tabela 09 – Elementos preferidos no bairro e tempo de Moradia .....	70
Tabela 10 – Principais problemas do bairro .....	71
Tabela 11 – Maior frequência relacional socioeconômica com os bairros .....	73
Tabela 12 – Produtos e serviços na relação bairro Amapá e demais bairros .....	74
Tabela 13 – Atividades relacionais dos moradores do bairro com os demais bairros. .....	74
Tabela 14 – Locais de atividades de lazer mais frequente com os demais bairros .....	75
Tabela 15 – Meios de transporte utilizados na relação socioeconômica .....	77
Tabela 14 – Migratório .....	77

## LISTA DE SIGLAS

ANM	Agência Nacional de Mineração
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PDUM	Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PGC	Programa Grande Carajás
PIC	Projeto Integrado de Colonização
SDU/Mrb.	Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Marabá

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
2.	<b>OBJETIVOS</b> .....	15
2.1	<b>Objetivos Gerais</b> .....	15
2.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	15
3	<b>METODOLOGIA</b> .....	16
4	<b>ELEMENTOS HISTÓRICO-ECONÔMICOS DO SUDESTE PARAENSE</b> .....	20
4.1	<b>Análise histórico-econômica de Marabá</b> .....	33
5	<b>CAPÍTULO 1: Caracterização socioeconômica do bairro Amapá</b> .....	36
5.1	<b>Caracterização a partir dos indicadores socioeconômicos</b> .....	40
6	<b>CAPÍTULO 2: Resultado das discussões</b> .....	53
6.1	<b>O bairro Amapá do século XXI e análise da relação do bairro com a cidade de Marabá</b> .....	53
6.2	<b>O bairro Amapá de 2021</b> .....	55
6.2.1	<b>Traços do bairro</b> .....	56
6.3	<b>Cidadania no Amapá e problemas sociais</b> .....	65
6.4	<b>Relação socioeconômica</b> .....	72
7	<b>CAPÍTULO 3: Considerações finais</b> .....	79
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	82
	<b>APÊNDICE A</b> .....	87
	<b>APÊNDICE B</b> .....	88

## 1 INTRODUÇÃO

Um bairro é uma parte da cidade que pode ser caracterizado de diversas formas: econômico, religioso, turístico, residencial, perigoso e etc. Esta caracterização depende das interações espaciais entre os sujeitos que habitam naquele lugar. Tais interações podem sofrer influências ou influenciar sujeitos de outros lugares e tempos. Assim, na busca de compreender o espaço urbano onde vivemos faz-se necessário investigar o contexto histórico do lugar, dialogando com o tempo e as interações vividas daquele tempo que resultou no espaço presente. No caso deste trabalho ele começa nos anos de 1970.

Segundo Souza (2010), a cidade é um local onde as pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores diversos, formando grupos de afinidade mais ou menos definidos territorialmente com base na identificação entre os recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar. Trazendo o sentido que Souza descreve de uma cidade, como local de organização e interação, para um bairro, este trabalho vem fazer um diagnóstico socioespacial do bairro Amapá da cidade de Marabá-PA e mostrar a sua relação com o município.

Para cumprir estes objetivos, inicialmente buscou-se os elementos históricos-econômicos da região sul e sudeste do Pará, Marabá relacionando as diferentes escalas. De forma sintética foi feita uma pesquisa bibliográfica que tivesse alguma ligação com a atual situação do bairro. Neste caso, tem-se: 1) o Plano Nacional Desenvolvimento que fez investimentos na Amazônia brasileira no qual a riqueza gerada pouco beneficiou os sujeitos do bairro; 2) a economia do extrativismo no Sul e Sudeste paraense que contribui para a formação territorial regional tendo sua importância e reflexo em toda cidade de Marabá por ser financiado pelo comércio 3) a pecuária como fio condutor para ocupação regional e entrada de outros segmentos econômico; 4) a mineração que extraiu inúmeras riquezas minerais sem o devido reparo às pessoas que já habitavam nessa região, nesta parte são mostrados o acréscimo das áreas para exploração de minério e o crescimento da quantidade das substâncias exploradas; 5) e uma análise histórico-econômica de Marabá, aqui é posto o resultado do que a cidade se tornou.

No capítulo um é feita uma caracterização socioeconômica da cidade e do bairro Amapá mostrando o resultado da interferência do Estado no espaço urbano da cidade que acaba atingindo o bairro. O efeito desta mudança no espaço urbano da cidade e do bairro são

mostrados nos indicadores sociais do IBGE do ano de 2010, caracterizando esse espaço como um local deficitário de infraestrutura e com sérios problemas socioeconômicos.

Na busca de informações mais atuais e para um melhor diagnóstico fez-se uma pesquisa de campo. Nesta pesquisa foi elaborado um questionário que identificasse algumas relações espaciais entre os sujeitos, condições econômicas, infraestrutura das casas, relações econômicas e sociais com os demais bairros, etc. A maior parte da pesquisa de campo foi realizada de porta em porta com os devidos cuidados recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) por conta da pandemia do Covid 19. Foram tiradas fotos, realizadas gravações, coleta de dados da instituição com o objetivo de reunir o maior número de informações possíveis para a realização do diagnóstico.

Após a coleta de dados procedeu-se a sistematização e análise. O resultado das discussões é mostrado no Capítulo 2. Nesse capítulo são apresentados: o atual estado do bairro – atividades econômicas, infraestrutura e etc.; a condição econômica quanto a renda per capita, profissão, e etc.; a identificação da área denominada Canto Verde com grande risco social; e identificação da maioria das instituições que atuam trazendo direitos da cidadania aos moradores. Além disso são mostrados os problemas sociais apontados pela população local e a relação socioespacial entre o bairro e a cidade por meio do fluxo de serviços, produtos e atividades sociais de lazer e familiar.

No Capítulo 3 são feitas as considerações finais mostrando o diagnóstico final resultado das análises dos elementos histórico-econômico, dos dados censitários do IBGE referentes ao ano de 2010, da pesquisa de campo e observações neste espaço quando apresentadas as instituições e condições sociais do Canto Verde.

Assim, para realizar este diagnóstico o presente trabalho realizou um levantamento bibliográfico e sistematizou a análise em 3 capítulos. Na revisão bibliográfica buscou-se elementos da históricos que se ligassem ao atual estado do bairro, no capítulo 1 foi feito um levantamento de dados secundários para caracterização do bairro. Já no segundo capítulo são expostos os resultados das discussões do trabalho de campo com suas observações. No terceiro capítulo são feitas as considerações finais mostrando o diagnóstico final e a relação do bairro com a cidade.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivos gerais**

Produzir um diagnóstico socioespacial do bairro Amapá de modo que seja possível identificar as particularidades do local bem como, a partir de tais características, relacionar com as interações espaciais existentes entre a população do Amapá e as demais áreas da cidade.

### **2.2 Objetivos específicos**

Realizar um levantamento histórico-geográfico da formação do Sul e Sudeste do Pará, de Marabá e do surgimento do bairro Amapá relacionado a estas escalas superiores;

Avaliar as características socioeconômicas e espaciais do bairro Amapá, identificando a existência de diferentes áreas e suas particularidades no interior do próprio bairro;

Analisar as interações espaciais existentes entre o Amapá e as demais áreas da cidade, identificando as fragilidades e potencialidades deste bairro de Marabá.



### 3 METODOLOGIA

A análise feita parte de uma revisão bibliográfica dos principais aspectos econômicos fazendo uma relação entre as escalas do Sul e Sudeste Paraense de Marabá e o bairro Amapá, depois utiliza-se de dados censitários para caracterização do bairro Amapá, da cidade de Marabá, em seguida usa um questionário semiestruturado para avaliar as características socioeconômicas e espaciais e interações socioespaciais entre o bairro e a cidade, para, assim, diagnosticar o espaço urbano do bairro. Foram aplicadas, nessa análise, técnicas cartográficas para representar os limites das áreas estudadas e seus usos, com o propósito de situar os espaços estudados.

Nesta revisão são colocados alguns fatores econômicos e sociais que influenciaram toda cidade e conseqüentemente o bairro Amapá, assim, buscou-se autores que discutissem o tema da formação território do sul e sudeste do Pará, bem como dados sobre a mineração que mostrassem a ocupação e utilização deste território.

Estes dados aqui expostos são da Agência Nacional de Mineração. Para fazer os gráficos e mapas que mostrassem a ocupação e as substâncias extraídas deste território teve como norte orientador o arquivo SHAPEFILE dessa agência, para demonstrar a ocupação por década foi utilizado a coluna “ANO” e para mostrar a quantidade de substância foi utilizado a coluna “SUBS” e o cruzamento entre essas duas colunas foi utilizado para determinar a temporalidade da extração das substâncias. A partir daí separou-se os dados pretendidos esquematizando-os em gráficos e mapas para expor a ocupação territorial e identificar as riquezas extraídas ao longo de décadas.

Quanto a utilização de dados censitários, foram usados os dados governamentais do IBGE do ano de 2010. O IBGE, por meio do seu site na internet, fornece informações das características de toda população e dos domicílios de todo território nacional. Os dados dessas informações – 2010 – são divididos por setores censitários, os quais possuem variáveis, cerca de 3.000, que representam as características da população residente; as informações em nível de setor estão distribuídas em planilhas por unidade da federação.

Na planilha existe o código de situação do setor indicando se são urbanas ou rurais. O código do setor censitário é representado por uma sequência numérica de 15 dígitos,

denominados de geocódigos, e as variáveis, que correspondem as informações pretendidas, formam uma matriz de que ajudaram na avaliação do espaço e caracterização.

Os setores censitário fornecidos pelo IBGE possuem uma delimitação, eles são unidades territoriais de controle cadastrais de coleta constituídas por áreas contíguas respeitando as divisões político-administrativas, essa divisão obedece as leis ordinárias estabelecidas pela Câmaras Municipais que são sancionadas pelo prefeito.

Para fazer a caracterização do bairro e do município utilizou-se as planilhas – Entorno 01\_PA, Entorno 02\_PA, Responsável Renda\_PA – que continham as informações necessárias a personalização dos espaços. Para identificação do bairro foram utilizados os dados vetoriais da SDU/Mrb e feita a sobreposição com os dados vetoriais dos setores censitário. A partir daí, pode-se identificar quais seriam os geocódigos do bairro Amapá e, assim, selecionar nas planilhas as variáveis que determinariam as condições do bairro caracterizando a área.

A partir das informações quantitativas de cada setor foram criados gráficos com percentuais e feita a comparação entre estes percentuais de forma, também, a ver o resultado da interferência das políticas do PND no espaço urbano de Marabá e do bairro Amapá.

Visto a distância temporal dos dados obtidos do IBGE e para melhor explorar o espaço urbano do bairro, busquei ir a campo de porta em porta para aplicar o questionário. Na aplicação desse questionário houve maiores dificuldades na Agrópolis do INCRA onde as entrevistas foram feitas por telefone, outros locais do bairro foram mais acessíveis, mas também se encontrou dificuldade devido a Pandemia. Foram tomadas as medidas de segurança de distanciamento social, uso de máscara conforme pode ser visto na imagem abaixo

**Figura 1** – Foto da Aplicação de questionário na área denominada Canto Verde



**Fonte:** Oduvaldo Couto (2021).

A pesquisa de campo foi feita de forma amostral buscando um número próximo de 10% de residências do bairro estipuladas pelo IBGE no ano de 2010 para dar uma confiabilidade ao resultado, as entrevistas foram realizadas em locais distintos buscando uma proporcionalidade com a quantidade de residências apontadas no setor censitário do IBGE. O censo de 2010 informa que no bairro possuía 1.135 domicílios particulares e coletivos e foram visitadas 105 domicílios.

Essa pesquisa foi realizada no período entre 25 de maio a 25 de julho de 2021, durante este período uma das entrevistadas veio a óbito, vítima da pandemia. Nesta pesquisa foram colocadas perguntas de forma direta e aberta a fim de que se pudesse descobrir um pouco da realidade aparente do bairro. A vivência socioeconômica dos moradores serão mostrados a partir das respostas obtidas pelo questionário.

Destaca-se uma parte do bairro denominado de Canto Verde, onde a visita, para fazer a pesquisa de campo, foi feita acompanhada pela agente de saúde responsável pela área.

O questionário socioespacial aplicado foi constituído por 27 perguntas, como mostra o Apêndice A. As perguntas de 1 a 10 tem como objetivo principal identificar a situação socioeconômica, as questões de 11 a 26 a relação socioeconômica com os demais bairros de Marabá bem como o próprio bairro. Algumas questões foram unificadas para mostrar o quantitativo geral e de algumas percebeu-se informações intrínsecas nas respostas, também foi atribuído o valor de 1 para cada resposta e colocados os resultados em percentuais ou média.

As questões 4 e 5 referem-se às informações a respeito das profissões e ocupações dos entrevistados e foram classificadas em 6 categorias: 1 inativos – aposentados, especiais – 2 baixa complexidade – vendedor, motorista, pedreiro e etc. – 3 média complexidade – eletricitista, carpinteiro, técnicos em geral, malhadeira de rede de pesca e etc. – 4 alta complexidade – sujeitos com formação acadêmica – 5 estáveis – funcionários públicos – e 6 potenciais – sujeitos na fase estudantil e crianças.

Buscou-se também identificar de onde vinha a renda declarada das pessoas por meio das questões 6 e 7 uma informação intrínseca nestas respostas. Já na questão 9 notou-se o sexo de quem sustentava a família para mostrar a participação da mulher no mercado de trabalho, as respostas como mãe e filha foram consideradas mulher. Da mesma forma, pai e filho foram considerados homem e as respostas como mãe e filhos, pai e filhos e pais e filhos foram considerados homem e mulher.

As questões 13, 17 e 18 foram unidas para saber o fluxo socioeconômico com os demais bairros e zona rural de Marabá. Na questão 16 será mostrado qual o tipo de relação sendo separado em duas categorias: social – escola, religião, saúde e etc. – e econômica – trabalho e compra. Há uma informação social nas respostas dos entrevistados anotadas ao longo das entrevistas na questão 18.

Por fim, as questões de 21 a 24 referem-se a relação social com o bairro. Na questão 21 os problemas do bairro foram classificadas em 4 categorias: 1 serviços públicos – falta d'água, falta de policiamento e etc. – 2 social, quando tratou-se das relações interpessoais dos sujeitos do bairro – poluição sonora, falta de lazer, álcool, drogas e etc. – 3 estrutural quando se tratou de infraestrutura para melhor qualidade de vida – saneamento, a orla e etc. – e 4 econômica a partir das necessidades de relações de compra venda de produtos – falta de lanchonete, açougue, supermercado etc.

No final de cada entrevista foi perguntado se estava claro o objetivo da pesquisa e se tinha algo que eles queriam perguntar. As respostas e questionamentos eram anotados no verso.

Buscou-se também observar as estruturas das casas, dialogar com os moradores a respeito de diversos assuntos, entre eles a respeito das fossas em cada casa, violência, emprego e etc.; além disso, pesquisou-se que instituições não governamentais existiam no bairro, foram encontradas algumas que serão mencionadas mais à frente.

Foram aplicadas técnicas cartográficas nas quais elaborou-se mapas que representaram afirmações de teses, fenômenos socioeconômicos etc. A cartografia temática foi utilizada de forma a representar os fenômenos geográficos propostos pela análise deste trabalho através de símbolos artísticos, alguns feitos a partir da vetorização de pictogramas de uso livre, com a finalidade de transmitir a ideia de localização de ocorrência do fenômeno e qual seria o fenômeno.

Na estruturação dos mapas foram utilizados bases vetoriais de municípios e Estados do IBGE, vetores cedidos pela SDU de Marabá/PA e pela Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal. A partir desses vetores foram possíveis criar os mapas de avaliação do espaço que foi proposto a estudo.

A junção desses vetores para o produto final foi feito por meio do Software livre QGIS 3.4 Madeira. Por meio desse programas foi possível organizar as ideias dos fenômenos existente sobre a superfície terrestre em forma de mapas usando uma simbologia específica facilitando o entendimento.

#### **4 ELEMENTOS HISTORICO-ECONÔMICOS DO SUDESTE PARAENSE E DE MARABÁ**

Para Santos (2006), o território revela ações passadas e presentes congeladas nos objetos, ações que combinadas confere um sentido ao que preexiste, uma não pode ser entendida sem a outra. As configurações territoriais são apenas condições, sua atualidade é resultado das ações realizadas sobre elas, desse modo pode-se dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade provém da união entre as características da materialidade territorial e as características das ações. Nesse sentido, não se pode justificar a produção da sociedade apenas pela organização das coisas do presente, o que é presente hoje é produto de um trabalho que é feito com muitas pessoas ao longo do tempo. Sendo assim, para se entender a situação socioeconômica atual no bairro Amapá, faz-se necessário uma abordagem histórico-econômico. Pois, o espaço, neste caso o bairro Amapá, é formado por um conjunto indissociável (economia, política, sujeitos cultura e etc.), os objetos não são considerados isoladamente, eles podem exercer influências, ou sofrer influências.

Ao longo do processo histórico das sociedades, o homem transformou os ambientes, adaptando-os às suas necessidades. Uma abordagem cronológica nos remete à análise dos aspectos que movem este processo histórico, sejam eles sociais, econômicos ou políticos. Desta forma, o espaço urbano deve ser compreendido como um ambiente dinâmico pela interação do contexto histórico e ações sociais, que geram mudanças constantes que variam no tempo e espaço de forma a gerar sua reestruturação.

Iniciamos a análise do processo histórico-econômico a partir de 1950 no contexto nacional mostrando a organização do espaço brasileiro, na parte Estadual (início do século XX) falaremos a respeito do extrativismo, quanto a análise Regional (região administrativa segundo o IBGE) mostraremos a ocupação territorial a partir da pecuária, projetos minerários – interpretados a ocupação a partir de dados cartográficos da ANM – continuando no espaço municipal da análise veremos Marabá como cidade Polo do Plano de Desenvolvimento Nacional do Programa Grande Carajás.

O professor Ruy Moreira (2004) diz que a forma de organização do espaço brasileiro passa a ser conhecida de quatro formas distintas de divisão territorial de trabalho e de respectivas configurações de espaço-tempo que se sucedem e evoluem em ciclos, que duram em média vinte ou trinta anos. As quatro formas são: um espaço industrialmente disperso e

indiferenciado até os anos 1920; um espaço concentrado e indiferenciado industrialmente entre 1920 e 1950; um espaço industrialmente concentrado e diferenciado entre 1950 e 1970; a partir de 1970 passa-se a um espaço desconcentrado e diferenciado regionalmente das indústrias e hoje configura-se de espaço globalizado e nacionalmente desintegrado. Essas quatro formas organizaram a sociedade no Brasil de maneira a regulá-la e ordená-la espacialmente.

O período que antecede os anos 1930 caracterizava-se pela força das regiões (ABRUCIO, 1998, apud KLINK, 2013). A descentralização política e administrativa claramente beneficiava as elites regionais. Sem uma estratégia de desenvolvimento nacional, o Governo Federal não interferia nas questões locais. A partir dos anos 1950 o regime nacional-desenvolvimentista consolidou um papel central para o Governo Federal, no âmbito de uma estratégia pautada pela industrialização, pela substituição de importações e pela articulação de uma economia-espacial nacionalmente integrada (FURTADO, 1959; apud KLINK, 2013).

A organização territorial do Estado foi feita por meio de agências tecnocratas e setoriais. A política regional e urbana subordinou-se dentro de uma lógica de planos de desenvolvimento regional coordenados na escala nacional, como o Plano de Metas (1956-1961), o Plano de Integração Nacional (1970) e o primeiro (1972-1974) e o segundo (1975-1979) Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Essa abordagem foi complementada com planos territoriais específicos para regiões como a Amazônia e o Nordeste. Houve um esforço no circuito dos bens intermediários e dos bens de capital, com um papel estratégico para regiões periféricas como fornecedores de matéria-prima, energia e mineração (LEITÃO, 2009, apud KLINK 2013).

No contexto histórico-econômico do Estado do Pará a economia é marcada pelo extrativismo, e da região Sul e Sudeste do Pará destaca-se a indústria extrativista dos castanheais, a pecuária e a mineração. A Região Sul e Sudeste paraense é contemplada pelo plano Territorial do Programa Grande Carajás (PGC), que contribuiu com projetos minerários e pecuários ocupando mais a região e tornando-a fornecedora de matéria-prima.

De acordo com Emmi (2002), há um consenso entre os historiadores sobre as causas do desenvolvimento desigual da indústria nas diferentes regiões do Brasil. A economia paraense é marcada pelo extrativismo vegetal, o que pode ter contribuído para um processo tardio de industrialização, o início do processo de industrialização do Pará vem do período colonial. Os engenhos de açúcar serviam para o mercado externo, pequenas atividades econômicas eram praticadas para subsistência local, os artesãos produziam chapéus, selas e artefatos de couro.

Com a evolução das atividades artesanais para empresas manufatureiras algumas fábricas se desenvolveram, outra atividade manufatureira que se desenvolveu foi a construção naval. Estas atividades eram desenvolvidas em Belém, enquanto o Sul e Sudeste do Pará permaneceram no extrativismo vegetal, principalmente da castanha.

Saliento o extrativismo paraense a indústria da castanha, pois está relacionada com a economia do Sudeste paraense e conseqüentemente sua formação territorial. Após o declínio da economia da borracha a indústria da castanha passou a receber capital e força de trabalho disponíveis dessa economia.

Em 1930 começou sua fase de ascensão, os grupos oligárquicos que dominavam a região do Tocantins encontrou na exploração da castanha e no controle das terras sua legitimação econômica e política (EMMI, 2002). A forma de apropriação das áreas de castanhais eram livres no início, depois passaram a ser pagas (1918), logo após foi sancionada a lei de aforamento perpétuo em terras devolutas do Estado para as indústria extrativista.

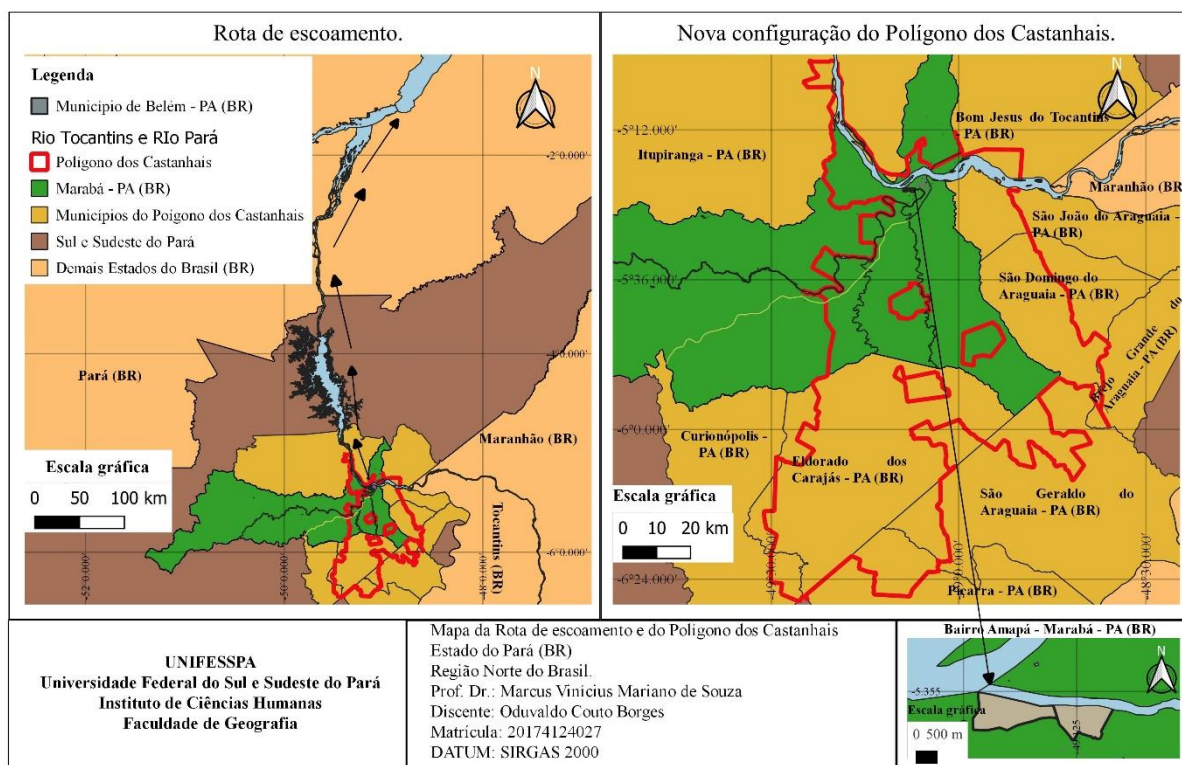
Em 1925 iniciou-se a forma de apropriação por arrendamento; paralelo a esta última a forma que permanecia era a lei da Extração Livre nos castanhais de Servidão Pública que em Marabá são referência na memória social pela forma de apropriação desses castanhais, quando a violência era usado pelas oligarcas por não reconhecer a lei, o crescimento da cidade, a expansão da agropecuária e a apropriação dos chefes políticos contribuíram para o desaparecimento dos castanhais de Servidão Pública. Por fim, com a nova Lei nº913 se generaliza o aforamento como forma de aquisição de castanhais (EMMI, 2002).

A Figura 02 foi configurada a partir dos dados obtidos pela antiga Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL) e mostra como seria hoje o polígono dos castanhais. Esta nova configuração se dá por causa de conflitos agrários e demarcações de terras Indígenas, segundo informações da antiga SERFAL, esse polígono teria cerca de 774.285 hectares. Esse mapa mostra, também, a rota de escoamento da produção na época do auge da castanha. Segundo Emmi (2002), a coleta da castanha era financiada pelo comércio de Marabá; por não terem o controle inicial da terra do qual pudessem tirar a renda apropriavam-se do produto do trabalho alheio e pagavam com gêneros alimentícios e dificilmente pagavam em dinheiro, esse relação era conhecida como aviamento.



**Figura 02** – Mapa da rota de escoamento pelo rio Tocantins e nova configuração do Polígono dos Castanhais.

**Rota de escoamento pelo rio Tocantins e nova configuração do Polígono dos Castanhais.**



Fonte: SERFAL (2017).

Segundo Vaz (2013), a ocupação territorial que ocorreu em alguns municípios do Sul do Pará se realizou a partir de três frentes distintas: a primeira no final do século XIX, composta por sertanejos de cultura pastoril originários do nordeste brasileiro a procura de pastagem para rebanhos; a segunda no final da década de 1950 formada por empresários e corretores paulistas; e a terceira entre 1964 e 1970 formada por empresas, na maioria, da região centro-sul do Brasil e logo após por empresas agropecuárias beneficiadas por projetos financiados pelo Governo Federal.

Os governos militares fizeram um conjunto de estratégias redistributivas da indústria através dos Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para modernização da agricultura e redistribuição da indústria para todo território nacional (em geral de bens intermediários na forma de polos minero-industriais), a deseconomia de escala e política redistributiva, com apoio dos estados, atuaram de forma combinada na reordenação da relação sociedade e espaço brasileiro (MOREIRA, 2004). A Amazônia em 1970 passa a fazer parte da fronteira agrícola, mineral e energética, principalmente por causa da diversidade do bioma da região e do avanço da engenharia genética e da tecnologia de manipulação do DNA colocando esta região como fronteira bio(teco)lógica do planeta (MOREIRA, 2004).

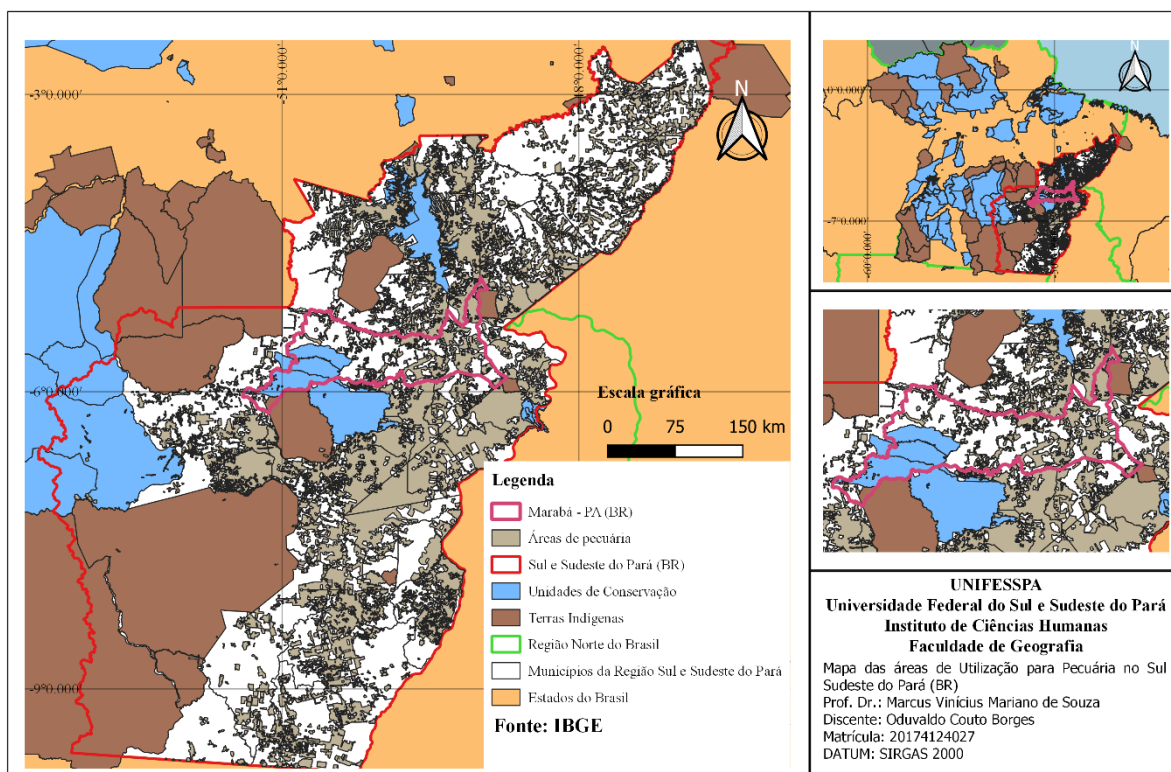
Vaz (2013) afirma que a pecuária foi o fio condutor das principais frentes que adentraram o território do Sul do Pará. Quando a borracha amazônica passou a ser excluída dos mercados internacionais no ano de 1910, houve uma profunda alteração no quadro econômico paraense, tanto no setor privado com a falência de muitas casas de comércio, como no setor público. Nas décadas seguintes ocorreu um aumento na produtividade agrícola provocado, provavelmente, pela migração dos trabalhadores da atividade extrativista para a agricultura e mesmo assim não foi o suficiente para equilibrar a economia local. A atividade pecuária se manteve dinâmica para alguns produtores permitindo a compra de gado desvalorizado e a manutenção das fazendas, muitos pecuaristas dedicaram-se ao comércio após a saída de alguns comerciantes depois da queda econômica. Vaz (2013) ainda ressalta que a professora Becker reflete quanto a acumulação monopolista que impulsionou tanto a urbanização quanto a expansão da fronteira agrícola.

A Figura 03 mostra a ocupação de áreas para a atividade da pecuária, foram utilizados os atributos do SHAPEFILE<sup>1</sup> fornecidos pelo IBGE/BDIA (2012) para confecção do mapa, como área de contato de savana e outras com ação antrópica, tendo a área de pecuária como principal.

A quantidade de área ocupada pela atividade da pecuária apresentada na Figura 03 reforça a tese de Vaz (2013), essa atividade adentrou o território paraense pelas grandes quantidades de terra e baixo custo da atividade; a região Sul e Sudeste do Pará também é conhecida por esta atividade. Percebe-se que as áreas de pecuária ainda não adentraram as terras indígenas, mas fazem uma pressão fronteirística com elas e as Unidades de Conservação vem sendo usadas para essa atividade

**Figura 03**– Mapa de áreas para uso da pecuária no Sul e Sudeste do Pará (BR).

**Mapa de áreas para uso da Pecuária no Sul e Sudeste do Pará (BR)**



**Fonte:** IBGE/BDIA(2019).

Nota 1 O atributo do SHAPEFILE usados na elaboração do Mapa foi o da coluna “Legenda da Unidade Antrópica” (LEG\_UNANTR) cuja “Legenda de carga completa” (Leg\_carga) são: Ap.A1, Ap.D2, Ap.H3, Ap.S4, Ap.SO5, Ap+Ac+Ds6, Ap+Acc.A7, Ap+Acc.D8, Ap+Acc+Vsp.D9, Ap+Da10, Ap+Ds11, Ap+Sd, Ap+Spf, Ap+Sps, Ap+Vsp.A, Ap+Vsp.D, Ap+Vsp.ON, Ap+Vsp.SO, Ap+Vsp+As, Ap+Vsp+Ds, Ap+Vss.A, Ap+Vss.D, Ap+Vss.SO, Ap+Vss+Abc, Ap+Vss+Db, Ap+Vss+Ds, Snc/Ap+Sd+Sps, SOc/Ap+Asp+Sas, SOc/Ap+Saf, SOc/Ap+Spf, SOc/Ap+Vsp+Asp, SOc/Ap+Vsp+Sd

No PND do governo federal foi criado o Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins (GETAT), responsável por articular o domínio do espaço concebido pelo Governo, pois poderiam ocorrer interesses em áreas ligadas ao Estado e municípios. As ações do Governo Federal no espaço agrário por meio do GETAT representavam o domínio sobre esse espaço e consequentemente o controle sobre os recursos naturais (CORRÊA, 2016).

No setor de mineração o Sudeste paraense recebe investimentos para a escoamento de minério, estes investimentos eram por meio do Projeto Grande Carajás (PGC). O PGC tinha como objetivos básicos: alcançar o crescimento harmônico e equilibrado das diversas regiões do país; promover a descentralização industrial; propiciar o redirecionamento dos fluxos migratórios internos e aumentar a capacidade de pagamento externo. Para operacionalizar o

programa foi criada uma série de leis que se articulavam dando maior fluidez na execução do programa (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO).

Ocorre que em 1970 há um aumento no preço do ouro, ano de uma ação incisiva do Governo Federal na região. A valorização do ouro está ligada ao preço do mercado internacional, após a definição dos preços desse produto começou o crescimento de práticas agressivas de agentes a disputa de territórios que tenham este metal e a Amazônia, em especial a Serra Pelada, tornou-se palco desta disputa. Na década de 1970 houve a criação de dois tipos de mercado para o ouro, um livre e um oficial, além do estabelecimento do sistema de taxas de câmbio flutuante o qual teve altas significativas elevando o preço do ouro nessa mesma década e na posterior, levando a investimentos na área geológica (MONTEIRO et al., 2010).

O código de Mineração de 1967, ano de descoberta da mina de Carajás, tirou o direito de preferência da exploração mineral ao proprietário da terra, além de tornar ilegal a garimpagem, tais medidas atendiam as grandes empresas mineradoras em detrimento aos garimpeiros, esta disputa é parte da dinâmica social que envolve a valorização do metal na Amazônia. A valorização do ouro provocou conflitos entre mineradoras e garimpeiros. Em Carajás formou-se o garimpo de Serra Pelada que chegou a mobilizar 100 mil trabalhadores até esta área que tinha a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) como concessionária a qual defendeu seus direitos de pesquisa e lavra na área (MONTEIRO et al., 2010).

Em 1980 o Governo Federal passou a aumentar o controle sobre a lavra de ouro e sobre sua comercialização quando passou a intervir em Serra Pelada impondo mecanismos de gestão e de produção que caracterizavam a valorização do ouro organizada pelo capital industrial. Em 1992 o governo fechou a cava de Serra Pelada, tornado o local uma região empobrecida, constituída por casebres pobres, muitos trabalhadores provenientes da garimpagem migraram para outros setores de serviço como trabalhadores rurais, ou prestadoras de serviço da CVRD, associaram-se a movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e foram para periferias das cidades vizinhas (MONTEIRO et al., 2010).

O processo histórico-econômico envolvendo as castanhas, a mineração e a pecuária cooperaram para a formação do Sul e Sudeste do Pará. A Amazônia foi vista pelo Governo Federal como fronteira agrícola e os Planos de Desenvolvimento desembocaram nessa região não observando os sujeitos que nela haviam. Como afirma Moreira (2004), a partir de 1970 o espaço brasileiro passou a ser desconcentrado e diferenciado regionalmente, no caso do Sudeste paraense ficou como fornecedor de matéria prima (mineral, principalmente) enquanto as outras

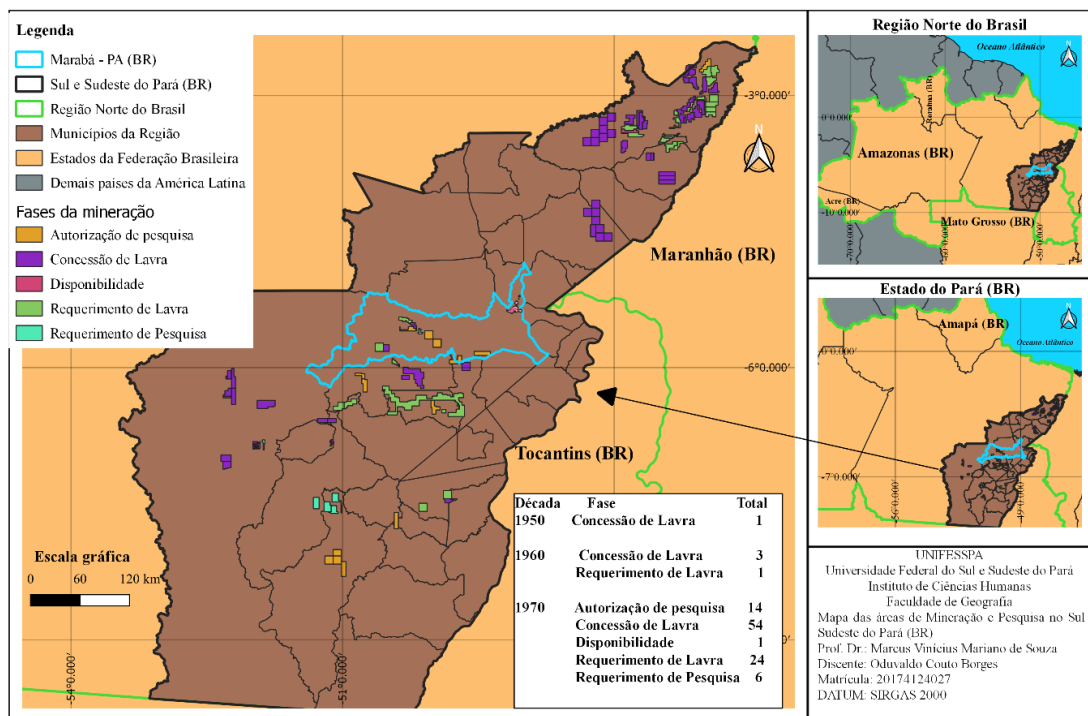
regiões do país ficaram com a indústrias mais competitivas, deixando a região do Sul e Sudeste paraense mais fragmentada socialmente.

As Figuras 04, 05 e 06 mostram a evolução na mineração no território Sul e Sudeste Paraense com destaque para as fases burocráticas para obtenção legal do minério nesse território do ano de 1957 à 2020. Os trâmites burocráticos para pesquisa, concessão de lavra e outros aumentaram. Com a evolução do setores de informática e química, e um consumo maior de produtos desses setores e de outros surge a necessidade de se obter metais para fabricação de novos produtos, sem contar com instabilidade econômica mundial que criava a necessidade de busca pelo ouro, sendo assim, há uma busca desenfreada pelos metais como cobre, ouro e outros.

Segundo os dados cartográficos da Agencia Nacional de Mineração (ANM 2020), as substâncias mais pedidas para autorização de pesquisa, entre 1957 e 1977 na região sul e sudeste do Pará, eram o cromo (Cumarú do Norte-PA), o cobre (Marabá-PA, Curionópolis-PA e Parauapebas-PA) e o estanho (Parauapebas-PA). Foram concedidas 57 concessões de lavra das quais 58% foram para a bauxita e 10% para cassiterita durante o período de 1957 a 1977. Percebe-se que a burocratização muda a partir de 1970 quando se passa a autorização de pesquisa antes da concessão de lavra como mostra a informação da figura 04.

**Figura 04** – Mapa de áreas de mineração e pesquisa de 1957 à 1977 no Sul e Sudeste do Pará (BR).

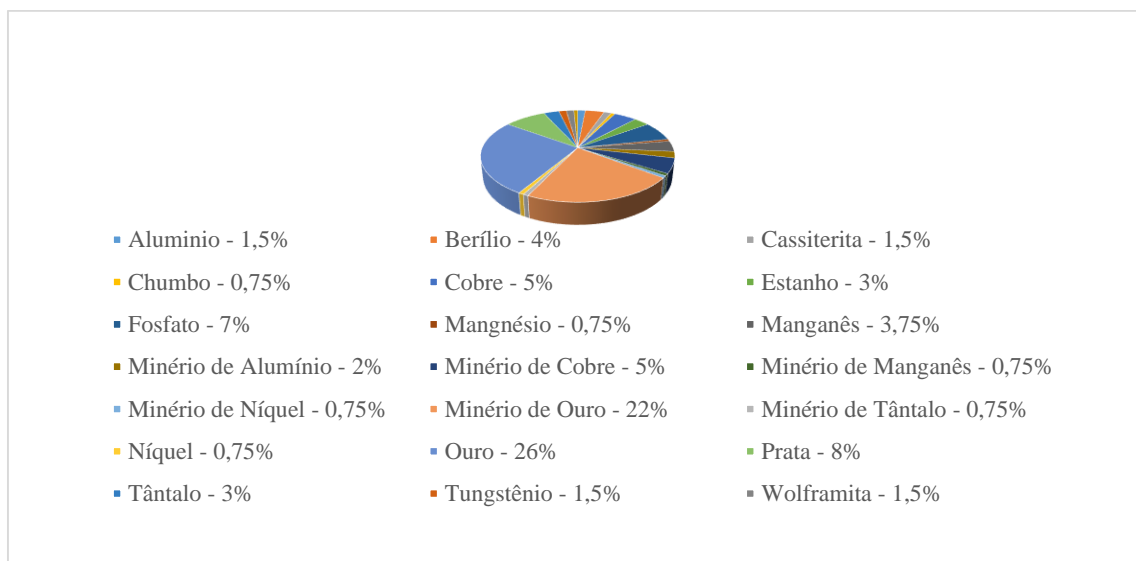
**Mapa de áreas de Mineração e pesquisa de 1957 à 1977 no Sul e Sudeste do Pará (BR).**



**Fonte:** ANM(2020).

. Na década de 1970 houve concessões, requerimentos e autorizações para diversas substâncias e o ouro é uma delas, existiu apenas um requerimento de pesquisa para a época no município de Ourilândia do Norte, mas no gráfico 01 mostra que a procura pelo ouro aumentou nas três décadas seguintes. Segundo Green (1999), o ouro, como ativo financeiro, desperta maior interesse dos bancos centrais, das instituições financeiras e demais investidores em momentos de instabilidade (GREEN, 1999 apud MONTEIRO et al., 2010),

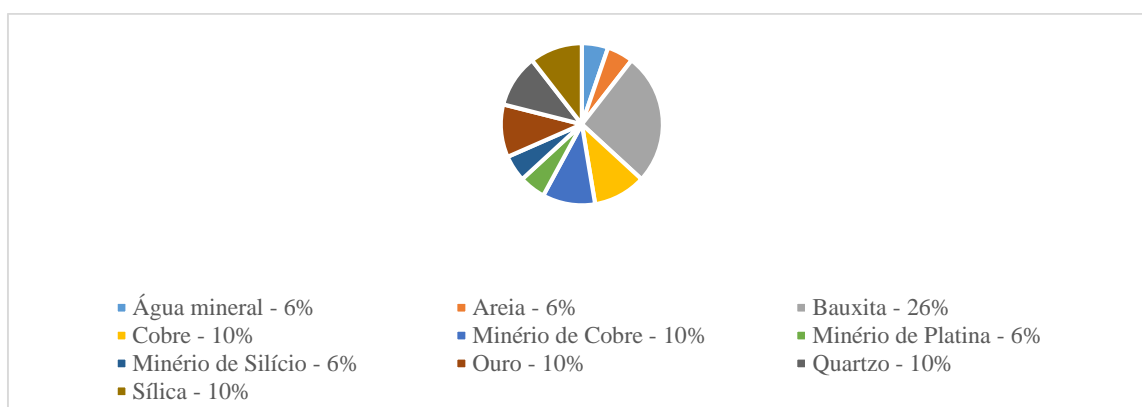
**Gráfico 01** – Substâncias para autorização e pesquisa no Sul e Sudeste do Pará de 1980 a 1999.



**Fonte:** ANM 2020

Os percentuais mostrados no gráfico 01 referem-se aos totais do período explicitado. Neste mesmo período a concessão a lavra da Bauxita foi a maior entre as concessões do período como mostra a gráfico 02 (ANM, 2020). Nesta figura estão contidas as outras substâncias com concessão e nota-se que o ouro e o cobre tem percentuais de liberação significativos em relação as demais substâncias, estes metais são de grande valor econômico no mercado.

**Gráfico 02** – Substâncias para Concessão de Lavra no Sul e Sudeste do Pará de 1980 à 1999.



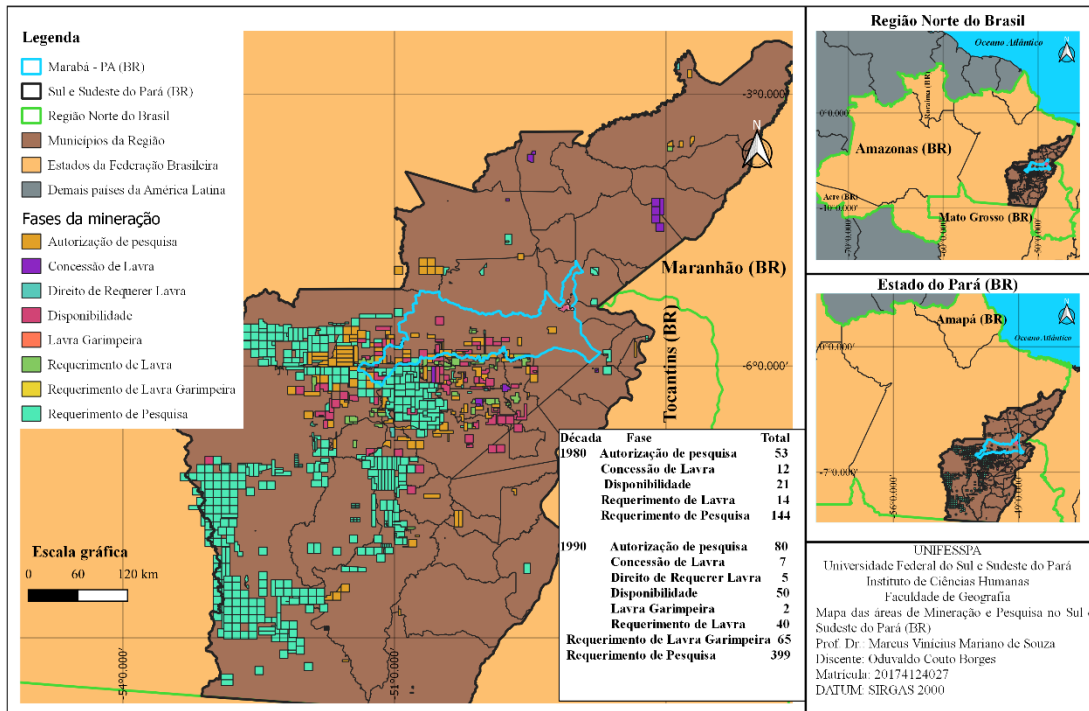
**Fonte:** ANM 2020

Na década de 1990 (Figura 05) aparece mais uma fase, uma inovação, é o requerimento de Lavra Garimpeira, na qual a substância mais pretendida era o ouro e o minério de ouro. Esse requerimento foi solicitado em sua maioria por pessoas físicas e por duas Cooperativas, são elas: Cooperativa Interestadual de Garimpeiros LTDA em São Félix do Xingu-PA e a Cooperativas Mista Agromineral do Rio Sereno em Curionópolis-PA (ANM, 2020)



**Figura 05** – Mapa de áreas de mineração e pesquisa de 1980 à 1999 no Sul e Sudeste do Pará (BR).

**Mapa de áreas de Mineração e pesquisa de 1980 à 1999 no Sul e Sudeste do Pará (BR).**

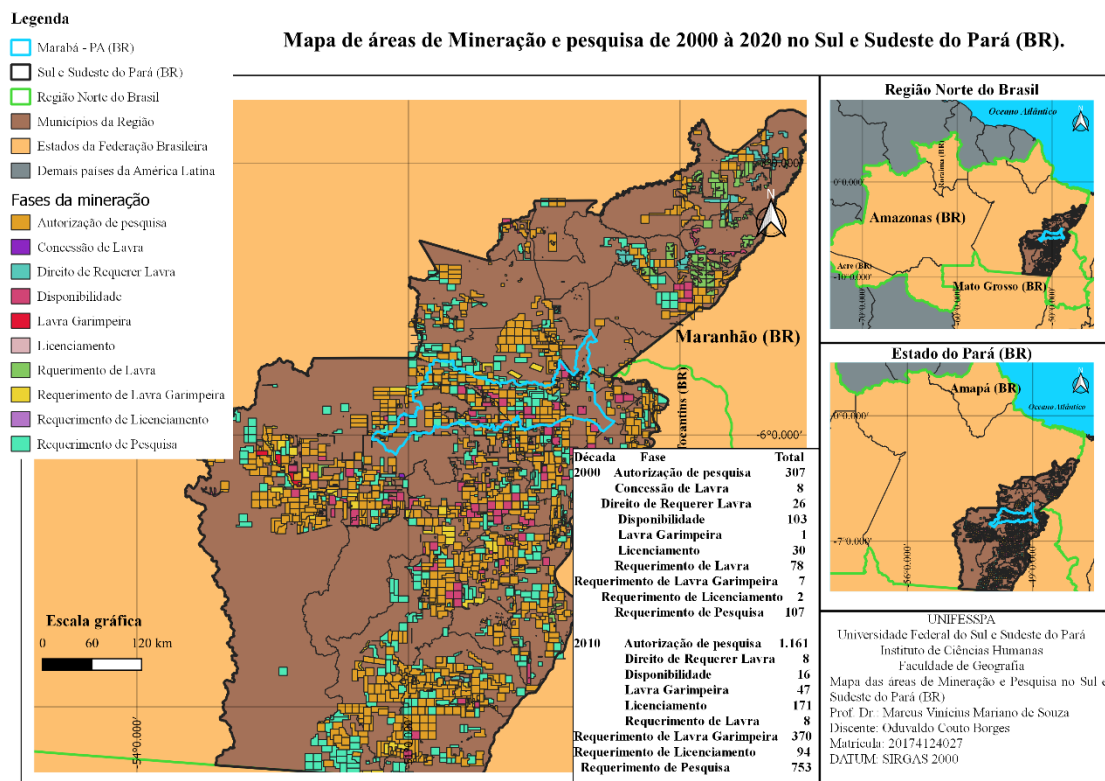


Fonte: ANM (2020).

Entre a década de 2000 e 2010 as autorizações de pesquisa quase quadruplicaram em relação à última década de 1990 identificado na Figura 06. Observar-se também que o espaço de ocupação para as atividades minerárias aumentam em toda região. A primeira década de 2000 é marcada por um aumento significativo do preço do ouro atingindo quase o pico do preço da década de 1980 (MONTEIRO et al 2010).



**Figura 06** – Mapa de áreas de Mineração e pesquisa de 2000 a 2020 no Sul e Sudeste do Pará (BR).



Fonte: ANM (2020).

Entre as substâncias autorizadas para pesquisa cerca de 29% correspondem ao minério de cobre e 28% minério de ouro mostrado na Tabela 01. Isso mostra uma corrida pelos metais de grande versatilidade que permitem aplicações em diversos ramos da indústria.

**Tabela 01** – Substâncias para autorização e pesquisa no Sul e Sudeste do Pará de 2000 à 2020

Substância	Totais
Minério de cobre	29,00%
Minério de Ouro	28,00%
Minério de Manganês	6,70%
Minério de Ferro	6,25%
Minério de Níquel	4,00%
Bauxita	3,90%
Areia	2,80%
Diamante	2,45%
Granito	2,00%
Demais Substâncias	14,90%

Fonte: ANM 2020

A tabela 02 apresenta as substâncias para concessão de lavra no Sul e Sudeste paraense na década de 2000. Observa-se que a maior concessão de lavra corresponde ao minério de níquel e minério de silício, ambos com 25%, seguidos do minério de ferro e água mineral, com 13%, e do minério de cobre e calcário, responsáveis cada um por 12% das concessões de lavras.

**Tabela 02** - Substâncias para concessão de lavra no Sul e Sudeste do Pará na década de 2000

<b>Substância</b>	<b>Totais</b>
Minério de Silício	25,00%
Água Mineral	25,00%
Minério de cobre	13,00%
Minério de Níquel	13,00%
Minério de Ferro	12,00%
Calcário	12,00%

**Fonte:** ANM 2020

Podemos observar que a expansão da exploração de minerais a partir de 1970 aumenta, a variedade de substâncias extraídas mostram a riqueza do subsolo da região sul e sudeste do Pará. Há um crescimento de pesquisa geológica na região e uma demanda internacional pelo ouro que tem em 1980 o maior pico de preço e é mais fácil a venda, esta demanda ensejou a disputa por território entre mineradoras e garimpeiros.

A história da mineração no Sul e Sudeste paraense foi conflituosa (MONTEIRO et al.,2010). A quantidade de trabalhadores em Carajás foi alta e milhares destes trabalhadores migraram para outras cidades, a exemplo da cidade de Marabá-PA, onde uma parcela dessas pessoas se estabeleceram na zona urbana de Marabá e demais áreas urbanas das cidades próximas a Carajás. Outros trabalhadores se uniram ao grupo dos MST.

O MST, segundo Miranda (2017), é um grupo contra hegemônico organizado a partir de assentamentos rurais, visto que o capitalismo se desenvolve de forma combinada e desigual; e a sociedade se apresenta cada vez mais articulada e complexa face a globalização, marcada por uma forte capacidade hegemônica dos modelos neoliberais de vida e trabalho o que nos faz refletir sobre a capacidade dos movimentos sociais de engendrarem projetos contra hegemônicos.

É importante ressaltar a influência deste grupo na economia do Sul e Sudeste paraense, pois eles fazem uma economia muitas vezes paralela a economia de mercado, quando seus produtos e serviços não são comercializados com dinheiro, mas sim com trocas. No dia a dia,

um coopera com outro no serviço de campo e realizam trocas entre si de produtos produzidos por eles mesmos, a exemplo do feijão, milho, arroz, galinha, porco, óleo de babaçu e etc., não sendo necessário a utilização de dinheiro entre esse grupo. Pessoas que fazem parte desse movimento possuem residência no bairro Amapá.

#### **4.1 Análise histórico-econômico de Marabá**

Nota-se que a emancipação de Marabá ocorreu no começo do século XX, mais precisamente em 05 de abril de 1913. No entanto, a história do povoamento que deu início ao que é hoje a maior cidade do Sul e Sudeste do Pará, iniciou em 07 de junho de 1896, com a construção no pontal do Itacaiúnas, do barracão denominado Casa Marabá.

O fluxo de pessoas que chegavam a cidade de Marabá eram atraídas em um primeiro momento pelo caucho, e em um segundo momento pela exploração dos castanhais e o garimpo de diamantes. Essas pessoas eram em sua maioria originárias do nordeste brasileiro, formados principalmente por afrodescendentes que se estabeleceram em terras baixas e alagadiças do pontal.

Em 1970, Marabá se tornou área de segurança nacional. Praticamente retirando os antigos grupos políticos o controle do governo municipal, Marabá passou a ter prefeitos nomeados com a aprovação do conselho de segurança nacional e a ideia era que os mesmos não tivessem vínculos com a antiga oligarquia que controlava o executivo e o legislativo municipal (ALMEIDA, 2008).

Segundo Almeida (2008), a cidade de Marabá deveria servir como polo terciário de apoio ao núcleo que seria criado em Carajás para fornecimento de serviços e mercadorias, e como centro de recrutamento de mão de obra. O governo militar tinha o objetivo de tornar Marabá um polo propulsor de desenvolvimento da região amazônica do sul do estado do Pará. Uma espécie de Polo de Desenvolvimento que era o centro de interesse de análise estratégica do desenvolvimento regional, nacional. A teoria dos polos de desenvolvimento foi elaborada em meados dos anos de 1950, pelo francês François Perroux. A partir da perspectiva de Perroux, os investimentos na extração de recursos naturais de larga escala podem exercer o papel da indústria motriz e promover a criação de um polo de crescimento. Mas, para que este se transforme em polo de desenvolvimento, é necessária a promoção de transformações significativas na estrutura regional. Isso requer a adoção de medidas complementares que potencializem os efeitos benéficos; caso contrário, o polo de desenvolvimento pode degenerar em um polo de subdesenvolvimento (ENRÍQUEZ, 2010).

Seria, então, Marabá o apoio logístico do polo de Carajás para o desenvolvimento da região Sul e Sudeste do Pará. A partir de Marabá, os recursos advindos com a exploração do minério seriam investidos na região para o desenvolvimento de outros setores da economia como: comércio e prestação de serviços técnicos, indústria de apoio a mineração e outras pequenas e médias indústrias, e a agricultura e pecuária. Esses investimentos formariam um ciclo de movimentação financeira beneficiando toda região. Mas, para isso, se fazia, e se faz, necessário mudanças na infraestrutura dessa região para circulação de bens, mercadorias e serviços, mudanças estas que não aconteceram significativamente.

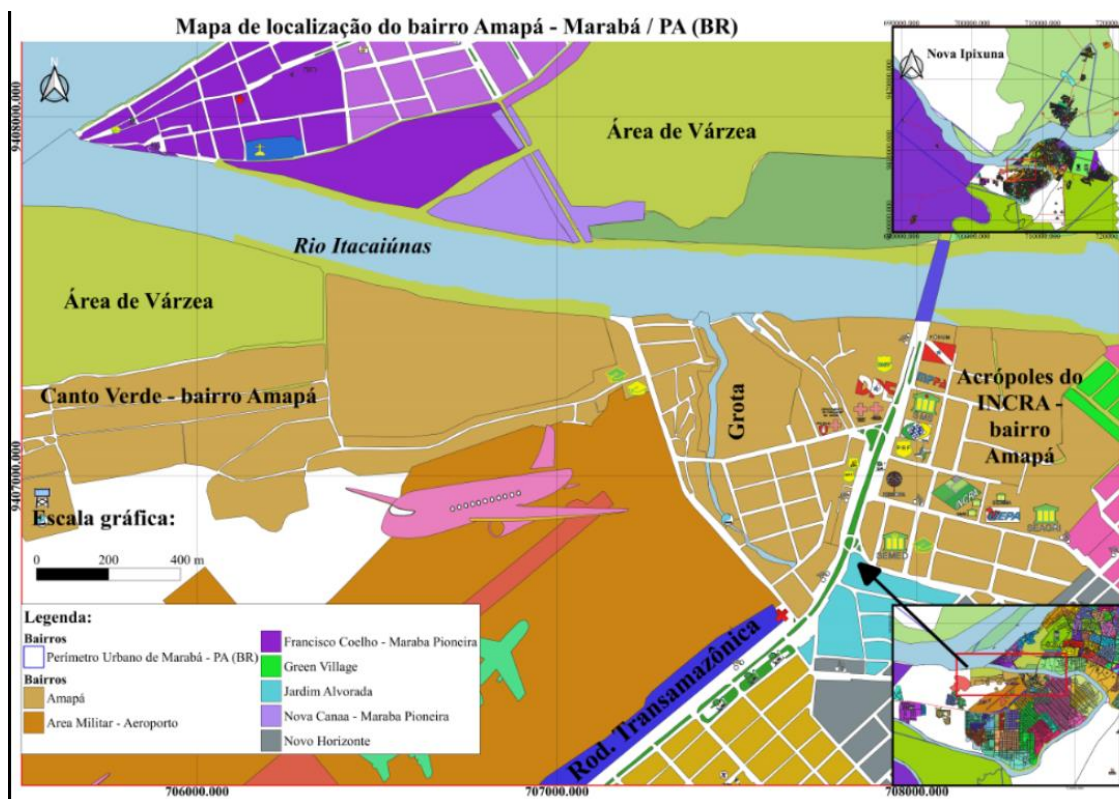
Até o presente período, quando ocorre o inverno amazônico muitas estradas ficam intrafegáveis e o olhar governamental para região está sobre a riqueza mineral dela, tendo poucos investimentos nessa infraestrutura e menor ainda sobre os sujeitos que a compõe, os quais pouco se beneficiam dessa riqueza tornando a cidade de Marabá um polo de subdesenvolvimento a luz do capitalismo, refletindo em toda cidade esse subdesenvolvimento, como observaremos a seguir nos dados socioeconômicos do IBGE em relação ao bairro Amapá, o qual tem sua paisagem modificada sendo reflexo de agentes – indústria da castanha, indústria cinerária, pecuária etc. - transformadores e produtores do espaço urbano.

## 5 CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BAIRRO AMAPÁ

Segundo Almeida (2008), o bairro Amapá é conhecido por abrigar desde 1930 um campo de pouso, como indicado na figura 7. O surgimento do bairro se deu ao fato da grande enchente de 1926, tornando o local abrigo dos moradores do pontal. Em 1970 a abertura da rodovia BR 222, popularmente conhecida como Transamazônica, alterou a evolução do bairro, pois provocou a divisão do mesmo.

A chegada de migrantes, atraídos pelas obras da rodovia e pelo projeto de colonização oficial fez surgir o bairro Jarbas Passarinho (Vila Transamazônica) esses bairros foram os embriões do futuro complexo integrado Cidade Nova. O movimento maior no bairro veio também com a intensificação da travessia de balsa no rio Itacaiúnas, ligando-o a Marabá Pioneira, como pode ser vista na figura 7. O bairro também foi conhecido como bairro dos leprosos devido à falta de saneamento, mas é conhecido também pela quantidade de mangueiras que existem ao longo de todo bairro.

Figura 07 – Mapa de Localização do bairro Amapá em sua configuração atual.



Fonte: SDU/Mrb (2020) / Oduvaldo 2021.

O bairro Amapá foi ponto de parada do fluxo migratório vindo do Nordeste (atraídos pelos grandes projetos mineradores e incentivos governamentais para ocupação do “vazio demográfico”), a prefeitura oferecia lotes mais baratos ajudando no crescimento das ocupações nas áreas próximas ao bairro (ALMEIDA, 2008). O Governo Federal pretendia expandir a área urbana de Marabá, e assim a fez em outro lugar o que elevou os custos do projeto, não sendo levado em consideração o processo de crescimento do município que se dava em direção ao lado do rio Itacaiúnas. A área desse bairro era onde se mais se construía, pois era o local onde a cidade estava se desenvolvendo (ALMEIDA, 2008).

No bairro existe uma parte denominada Agrópolis do INCRA – Amapá. Essa denominação se dá pela implantação da sede administrativo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que foi implantado na época do Projeto Integrado de Colonização (PIC), no qual, segundo projeto original, a cada 40 km teria que ter uma Agrópolis e a cada três Agrópolis uma Rurópolis. A Agrópolis do Amapá era diferenciada das demais, pois as outras ficaram inseridas nos PIC e nesta região encontrou-se um problema que foi o polígono dos Castanhais, que não era uma área mais pública por já ter-se transmitido a terceiros por aforamentos ficando esta Agrópolis no bairro.

O Projeto da Agrópolis do Amapá seguiu o padrão das demais com uma mini vila, ruas pavimentadas, instalação de rede hidráulica e elétrica, escola, um posto médico e a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL). Quando foi implantada no bairro, o Amapá era a única ocupação urbana na outra margem do rio Itacaiúnas e por não haver nenhum bairro estabelecido nessa margem mantiveram o nome de Amapá, segundo informa a senhora Ghislane em uma entrevista.

Marabá se desenvolvia em direção ao bairro Amapá; a população da cidade aumentava e havia barreiras físicas – rios nos dois lados – no núcleo Marabá Pioneira o que levou ao governo federal a organização de um Plano de Desenvolvimento Urbano para Marabá:

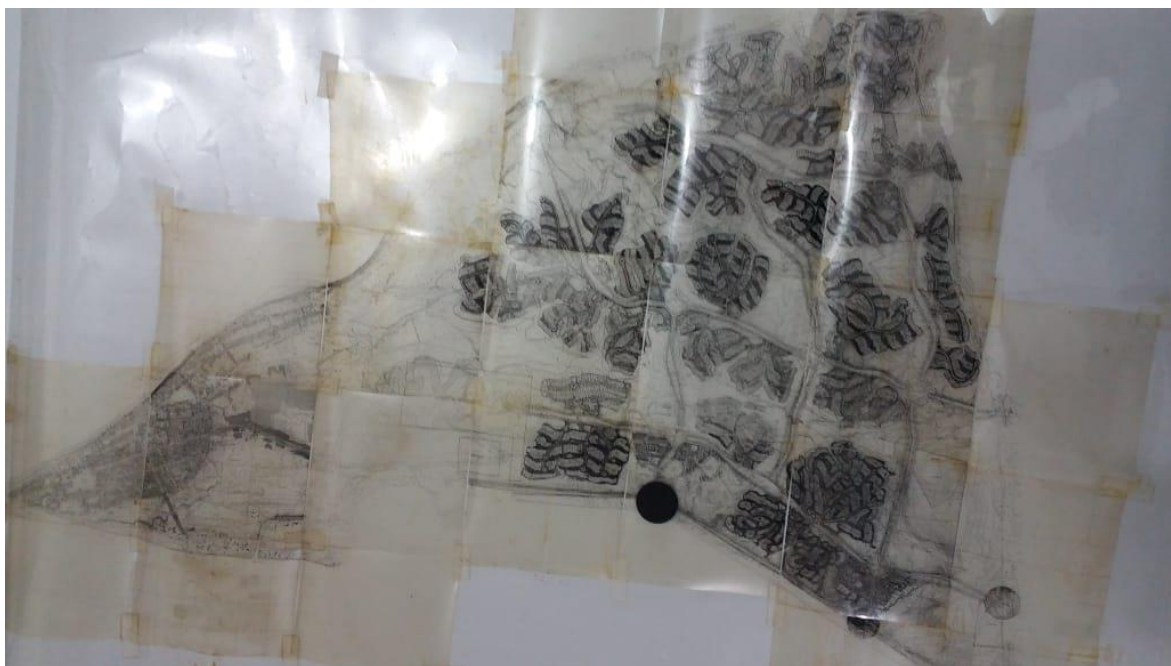
“Os projetos urbanísticos que foram elaborados para a implantação da NovaMarabá foram feitos por escritórios de arquitetura sediados no eixo Rio-São Paulo, cujos arquitetos não tinham familiaridade com as condições naturais da região, com a cidade e nem com o modo de vida dos seus moradores. Os planos que pretendiam promover a criação de uma área de expansão urbana, a futura Nova Marabá, tiveram um caráter de intervenção acabaram promovendo uma ruptura na própria tendência espontânea de crescimento da cidade, que se verificava a partir do bairro Amapá.” (ALMEIDA, 2008, pg. 81).

Este plano urbanístico não contava com a aprovação das antigas lideranças de Marabá. Ainda segundo Almeida (2008), havia um estudo do Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá(PDUM) que demonstrava a tendência de expansão de Marabá em direção ao bairro Amapá. Os costumes e hábitos da população foram enfatizados no relatório do PDUM, os quais deveriam ser mantidos e preservados no novo núcleo que estava sendo planejado.

O adensamento da Nova Marabá deveria permitir um contato maior entre os moradores, preservando as características existentes em bairros. Porém, conforme Almeida(2008), nesse novo planejamento profissionais de nível superior do sul do país introduziram hábitos sofisticados produzindo mudanças na sociedade local, valores mais adequados a sociedade moderna, isso revelava pouco conhecimento em relação a história de Marabá e a de seus moradores. Embora destacasse que o projeto urbanístico ajudaria a manter os costumes tradicionais, a previsão era de que com o tempo o modo de vida urbano, produto da modernização, acabaria por se impor.

O projeto urbanístico de tinha um formato que foi inspirado na floresta, conforme figura 08, nesse projeto as havia uma organização do espaço urbano a partir da lógica dos grandes centros urbanos, visto que Marabá era a cidade polo da região sul e sudeste do Pará, com vias de maior fluidez – as VP – áreas reservadas de comércio etc.

**Figura 08** – Foto do Projeto Urbanístico da Nova Marabá



**Fonte:** SDU/Mrb (2020).

O projeto urbanístico da implantação Nova Marabá foi executado, muitos moradores na época não queriam mudar de local devido à falta de serviços de infraestrutura que atendessem a população. Com a enchente de 1974 intensificou as pressões para o surgimento da Nova Marabá, havia apenas o sistema viário aberto sem saneamento ou construções; as intervenções no espaço urbano de Marabá crescem principalmente com a abertura da transamazônica:

Marabá passou a ter uma configuração urbana influenciada por todas essas intervenções promovidas em seu espaço desde a década de 1970 com a abertura da rodovia Transamazônica, que acabou induzindo e facilitando a imigração e a ocupação do trecho próximo ao núcleo pioneiro, no bairro Amapá. A implantação do distrito industrial [...] representou a mais recente dessas intervenções com vistas a absorver o desenvolvimento industrial que estava sendo previsto para a cidade que ficou restrito ao beneficiamento primário do ferro (ALMEIDA, 2008 pg. 201).

A área comercial de Marabá ficava centrada na Marabá Pioneira e o bairro Amapá era (é) local de moradia. A posição geográfica do bairro Amapá proporcionou facilidade para estadia de parte da população, por ter uma topografia favorável quanto as enchentes, gerando para lá o deslocamento de pessoas, inclusive das antigas lideranças do município.

A passagem da rodovia Transamazônica foi outro fator que favoreceu o crescimento do bairro como ponto de parada. Mas, o projeto governamental de modernização da cidade não contemplou o bairro Amapá. O bairro Amapá na época das enchentes tinha locais apropriados para residências e órgãos públicos, possuía um campo de pouso que se tornou um aeroporto importante para o Sul e Sudeste paraense, era o local onde mais se construía casas devido as enchentes e possuía um comércio (ALMEIDA, 2008 apud MELO, 2017).

O bairro tinha sua importância na cidade antes da construção da ponte sobre o rio Itacaiúnas, tal construção indicaria desenvolvimento para Marabá devido as demandas por infraestrutura que conectassem o fluxo econômico mundial necessitado de minério de ferro e outros que o Pará possuía e esta linha de ligação passava pelo Bairro Amapá. Tal ponte diminuiu o fluxo de pessoas e conseqüentemente o ritmo econômico do bairro que tinham como principais clientes pessoas que se deslocavam pelo porto de Canoinhas (MELO, 2017).

A atividade pesqueira diminuiu devido as novas dinâmicas e organização espacial da cidade, quando houve um grande crescimento populacional e assim surgiu uma necessidade de materiais de construção. No caso do bairro estar localizado as margens do rio Itacaiúnas aumentou a procura por seixo e areia que são abundantes naquela região (MELO, 2017).



A descoberta de minério em Carajás e a pecuária com suas influências econômicas promoveram diversas intervenções no município de Marabá, como a mudança do núcleo urbano por causa das enchentes e a construção da ponte sobre o rio Itacaiúnas em 1981. Essas intervenções não beneficiaram em grande parte o bairro Amapá, deixando a população mais vulneráveis a violência urbana, a ação de doenças por causa da falta de infraestrutura etc.

A parte mais alta do bairro passou a abrigar as instituições públicas, como escolas, e pessoas da classe média, enquanto que na parte mais baixa moravam famílias de baixa renda que viviam da pesca e de serviços braçais dando uma nova configuração espacial “dicotômica” ao bairro (MARABÁ, 2013 apud MELO, 2017). Estas duas características topográficas, ou seja, naturais, dividem o bairro, criando uma imagem de abandono e outra de cuidado.

Caso os investimentos que foram aplicados na criação do núcleo Nova Marabá fossem aplicados no bairro Amapá mudariam a infraestrutura do bairro promovendo o crescimento da malha urbana de forma mais ordenada (MELO, 2017). Isso não significa que o a Nova Marabá teve grande êxito na sua implantação, pois sua infraestrutura era precária, o que se quer dizer é que se os recursos alocados para a implantação da Nova Marabá fossem aplicados em saneamento, asfaltamento, iluminação pública, modernização e ampliação do sistema educacional e de saúde, financiamento habitacional e etc. para onde crescia – o Amapá – a cidade de Marabá cresceria de forma ordenada e depois consequentemente para outros lados; onde seriam concentrados novos esforços para implantação dos mesmos serviços dispostos anteriormente.

Este resultado de crescimento desordenado pode ser vistos pelos indicadores sociais da cidade, tal é a incoerência que o bairro Amapá de um lado possui uma área – Agropoles do INCRA – com altos percentuais de bons indicadores sociais – distribuição de água, esgotamento sanitário etc. – e a outra parte com os mesmos indicadores em baixos percentuais.

### **5. 1 Caracterização a partir dos indicadores sociais**

Para Santos (2002) a paisagem é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área e realizam neste espaço funções sociais, sendo assim, será usado nesta parte os indicadores sócio econômico – iluminação pública, distribuição de água, esgotamento sanitário, renda, responsável pelo domicílio – para caracterizar o bairro Amapá.

Segundo Jannuzzi (2001), os indicadores sociais servem para que os agentes políticos possam definir prioridades das políticas sociais e designação de recursos públicos. A

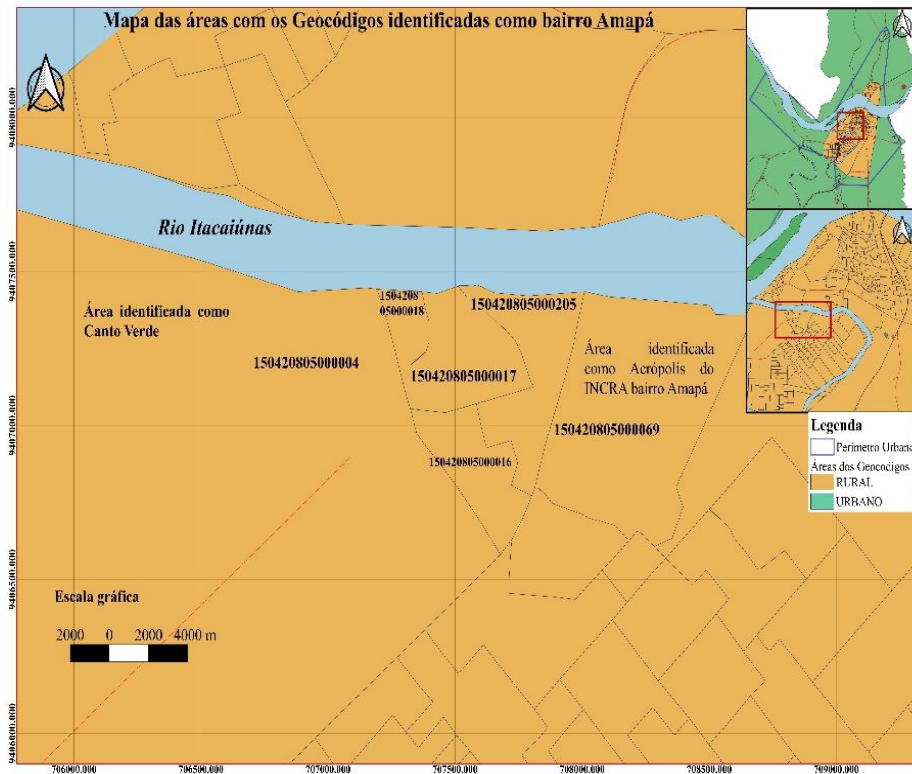
persistência de problemas sociais históricos, da pobreza, da desigualdade da distribuição de renda e exclusão social são alguns motivos que fazem os indicadores sociais terem relevância na administração pública.

Em meados da década de 1960 havia um descompasso entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais da população em países de terceiro mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) crescia e persistiam altos níveis de pobreza e desigualdades sociais em vários países, o indicador PIB per capita usado como proxy de nível de desenvolvimento socioeconômico mostrava-se inapropriado como medida de representação do bem-estar social (JANNUZZI,2001).

Segundo Jannuzzi (2001), as estatísticas públicas correspondem ao dado social na sua forma bruta, não inteiramente contextualizado em uma teoria social ou uma finalidade programática. Os dados expostos no presente trabalho são recortes para ajudar a diagnosticar a realidade socioespacial do bairro Amapá.

A análise dos dados parte de seis geocódigos do IBGE/2010 o qual identifiquei como bairro Amapá, os seis geocódigos são: 150420805000004, 150420805000016, 150420805000017, 150420805000018, 150420805000069, 150420805000205, estes estão representados no Figura 09 abaixo nele é destacado a área da Agrópolis do INCRA. A relação dos dados dos gráficos 03 à 10 são de linha dos geocódigos citados e a Coluna V dos dados pretendidos.

**Figura 09** – Mapa das áreas com os Geocódigos identificados como bairro Amapá.

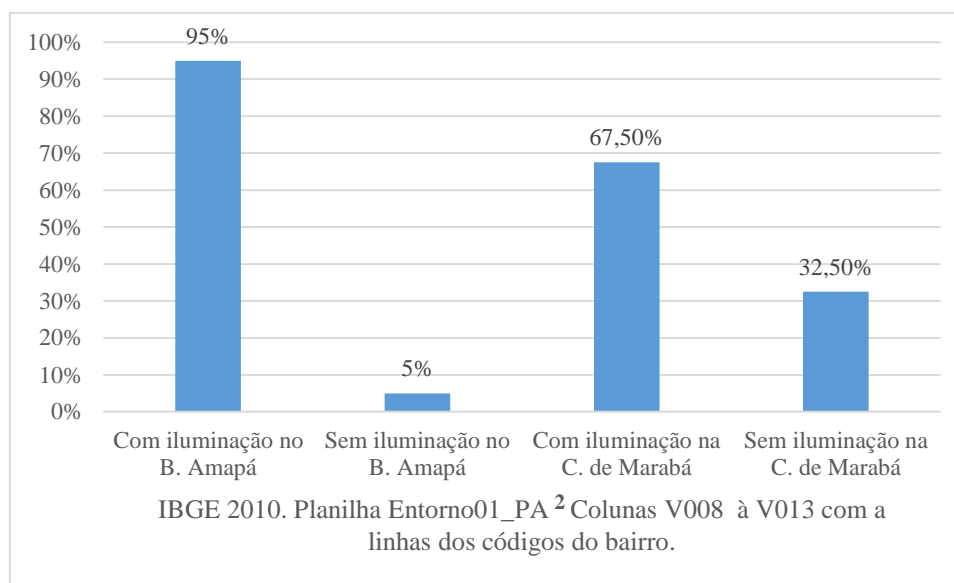


**Fonte:** IBGE (2010).

Segundo o IBGE o bairro Amapá possuía uma população de 3.823, esta população é estimada a partir dos geocódigos identificados como Amapá feita a partir da delimitação fornecida pela SDU de Marabá através da sobreposição de vetores da SDU e IBGE.

A taxa de iluminação pública do bairro Amapá é considerada alta, com cerca de 95% dos domicílios sendo contemplados, como mostra o gráfico 03. O IBGE (2010) informa em seu manual que foi verificado se existia pelo menos um poste fixo de iluminação pública. Esse serviço é essencial na vida de uma cidade, pois está relacionada com a qualidade de vida que o município oferece aos seus cidadãos – segurança nos deslocamentos de pedestre e veículos, áreas de lazer no período noturno e etc. – e que pode ser explorada pelo turismo comercial entre outros tipos de exploração.

**Gráfico 03** – Iluminação pública por domicílios no bairro Amapá e Marabá-PA, referentes ao ano de 2010



**Fonte:** IBGE (2010).

Nota 2: Planilha Entorno01\_PA descrição das variáveis, dados pretendidos, **V008** Domicílios particulares permanentes próprios – *Existe iluminação pública*; **V009** Domicílios particulares permanentes próprios – *Não existe iluminação pública*; **V010** Domicílios particulares permanentes alugados – *Existe iluminação pública*; **V011** Domicílios particulares permanentes alugados – *Não existe iluminação pública*; **V012** Domicílios particulares permanentes cedidos – *Existe iluminação pública*; **V013** Domicílios particulares permanentes cedidos – *Não existe iluminação pública*

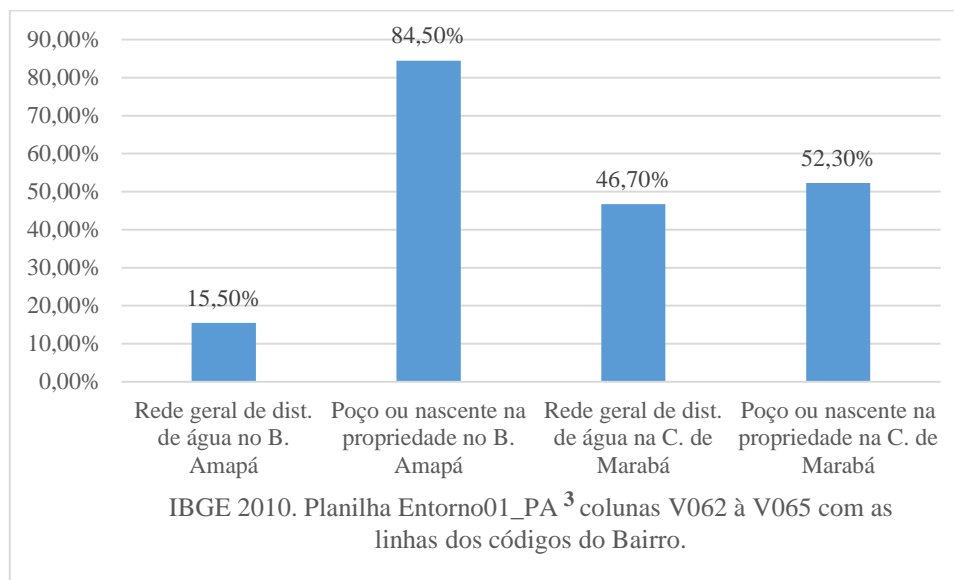
Por ser uma pesquisa de amostra domiciliar e não saber espacialmente como esta iluminação está distribuída, o alto índice de 95% mostrado no gráfico 03 pode dar a falsa sensação de que o bairro possui baixos índices de violência e que é bem assistido pelo poder público. Isso não é uma crítica depreciativa aos dados ou a maneira como foi levantado, mas sim uma observação visível no bairro ao longo da sua história, pois como expressado por Jannuzzi (2001), as estatísticas públicas correspondem ao dado social na sua forma bruta e não contextualizado em uma teoria social ou uma finalidade programática. A área da Agrópolis possuía 95% de iluminação.

O espaço físico urbano de Marabá no ano de 2010 possuía uma taxa média de 67,50% de iluminação segundo os dados do gráfico 03, momento em que havia a previsão de chegada da Aços Laminados do Pará (ALPA), o qual possibilitaria condições de mudanças no espaço urbano da cidade pelos investimentos que traria ao município. Isso mostra a necessidade de investimento geral na cidade com iluminação pública.

Os dados do gráfico 04 mostram os percentuais dos domicílios pesquisados com rede geral de distribuição de água, e com poço ou nascente na propriedade. Segundo o IBGE (2010), a rede geral de distribuição de água é quando o domicílio estava ligado a uma rede geral de

distribuição de água, enquanto que com poço ou nascente é quando domicílio era servido por água proveniente de poço ou nascente localizado no terreno onde o domicílio estava construído.

**Gráfico 04** – Domicílios com rede geral de distribuição de água e com poço ou nascente no bairro Amapá e Marabá-PA no ano de 2010



**Fonte:** IBGE (2010).

Nota 3: Planilha Entorno01\_PA descrição das variáveis, dados pretendidos, **V062** Domicílios particulares permanentes *com rede geral de distribuição de água* – Existe identificação do logradouro; **V063** Domicílios particulares permanentes *com rede geral de distribuição de água* – Não existe identificação do logradouro; **V064** Domicílios particulares permanentes *com poço ou nascente na propriedade* – Existe identificação do logradouro; **V065** Domicílios particulares permanentes *com poço ou nascente na propriedade* – Não existe identificação do logradouro.

Para Silva (2019), ao analisar a qualidade ambiental e de vida urbana da bacia hidrográfica da grota criminosa em Marabá-PA, algumas das conclusões que se chega é de que para ocorrer uma melhoria na qualidade de vida daquele espaço é necessário investimento no abastecimento de água, no esgotamento sanitário. Isso leva a reflexão dos dados do gráfico 04, os quais explicitam sobre o abastecimento de água no bairro Amapá e em Marabá, mostrando a necessidade de melhorias no abastecimento de água no esgotamento sanitário. Com relação à Figura 16, que mostra os dados referentes a cidade de Marabá, percebe-se que menos da metade, 46,70%, do município recebe água da rede geral de distribuição o que pode inquirir que a qualidade de vida da cidade é baixa.

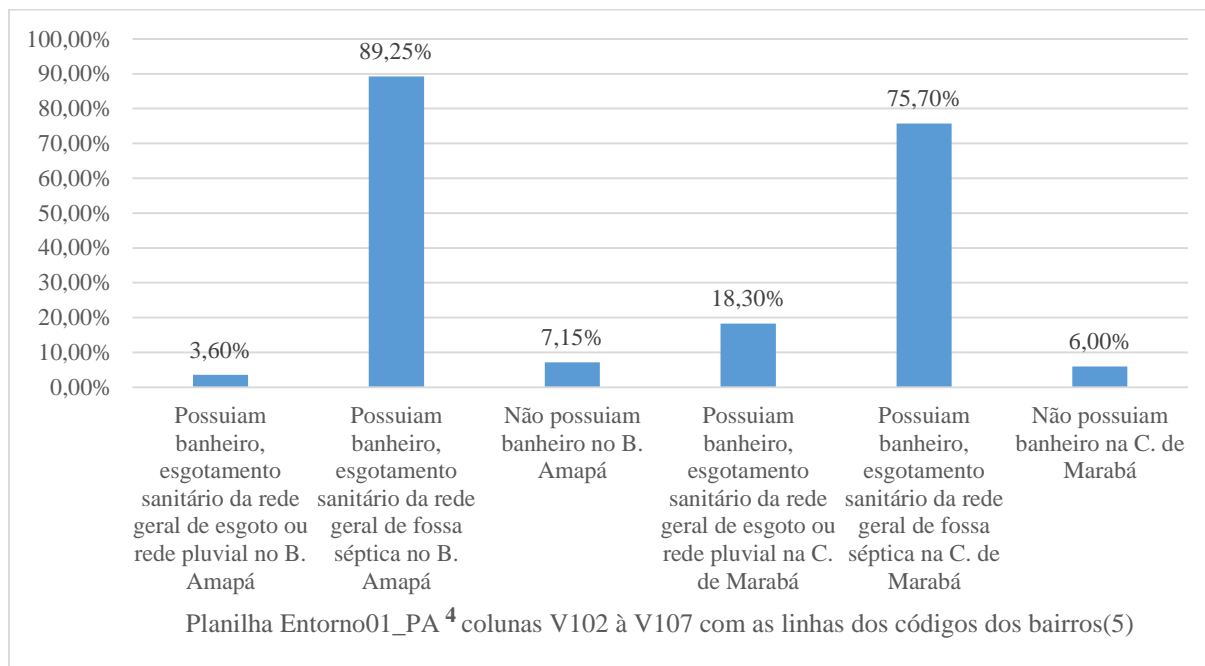
No gráfico 04, observa-se que dos 15,5% domicílios que possuíam rede geral de distribuição de água, cerca de 56% dos 15,5% estavam localizados no lado da Agrópolis do INCRA, ou seja, na parte mais alta do bairro Amapá. Em relação ao total geral da cidade o índice municipal é maior que o do bairro. Uma distribuição dos serviços públicos de forma desordenada é o que está caracterizando o gráfico 04 com relação ao bairro Amapá.

O gráfico 05 mostram os domicílios que possuíam banheiro e esgotamento sanitário da rede de esgoto ou pluvial ou banheiro e esgotamento sanitário da rede geral de fossa séptica. Foram considerados pelo IBGE (2010) como o tipo de esgotamento sanitário do banheiro com “rede geral de esgoto ou pluvial quando a canalização das águas e dos dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, estavam ligados a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral da área, região ou município mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada; e quando o esgotamento era em “fossa séptica” a canalização do banheiro ou sanitário era esgotada numa fossa, onde passava por processo de tratamento ou decantação, sendo ou não a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área região ou município.

Nota-se, ainda, no gráfico 05 que a maioria dos domicílios pesquisados possuíam poços na propriedade e fossa séptica o que coloca em risco a qualidade das águas do lençol freático, podendo ocorrer a proliferação de doenças vindas da água contaminada. Observa-se que 99% dos imóveis da Agrópolis possuíam esgotamento sanitário em fossa séptica e todos tinham banheiro.

Alguns dos problemas relacionados com a infraestrutura de água no meio urbano são a falta de tratamento de esgoto e deterioração da qualidade da água por falta de tratamento dos efluentes, criando potenciais risco ao abastecimento da população em vários cenários (TUCCI, 2008 apud SILVA, 2019). No caso do bairro Amapá esse cenário seria aumento de doenças provocadas pela contaminação da água não tratada dos poços. Em visita de campo nas áreas dos geocódicos que terminavam na numeração 205, 04, 16, 17 e 18 percebeu-se que a maioria das fossas não tinham o fundo concretado para que não contaminassem o solo, havia apenas uma camada de seixo e areia no fundo.

**Gráfico 05** – Domicílios que possuíam banheiro e esgotamento sanitário da rede de esgoto ou pluvial ou fossa séptica no bairro Amapá e Marabá-PA em 2010



**Fonte:** IBGE (2010).

Nota 4: Planilha Entorno01\_PA descrição das variáveis, dados pretendidos, **V102** Domicílios particulares permanentes que *tinham* banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário da *rede geral de esgoto ou rede pluvial* – Existe identificação do logradouro; **V103** Domicílios particulares permanentes que *tinham* banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário da *rede geral de esgoto ou rede pluvial* – Não existe identificação do logradouro; **V104** Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário de *fossa séptica* – Existe identificação do logradouro; **V105** Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário de *fossa séptica* – Não existe identificação do logradouro; **V106** Domicílios particulares permanentes que *não tinham banheiro ou sanitário* – Existe identificação do logradouro; **V107** Domicílios particulares permanentes que *não tinham banheiro ou sanitário* – Não existe identificação do logradouro Não existe identificação do logradouro.

Observa-se no gráfico 05, dos domicílios pesquisados, que em todo município existe um déficit de esgotamento sanitário. Um município que foi polo da região Sudeste do Pará na implantação dos grandes projetos Nacionais de Desenvolvimento não deveria ter um déficit tão acentuado, já que os grandes projetos trariam benefícios na sua implantação e desenvolvimento.

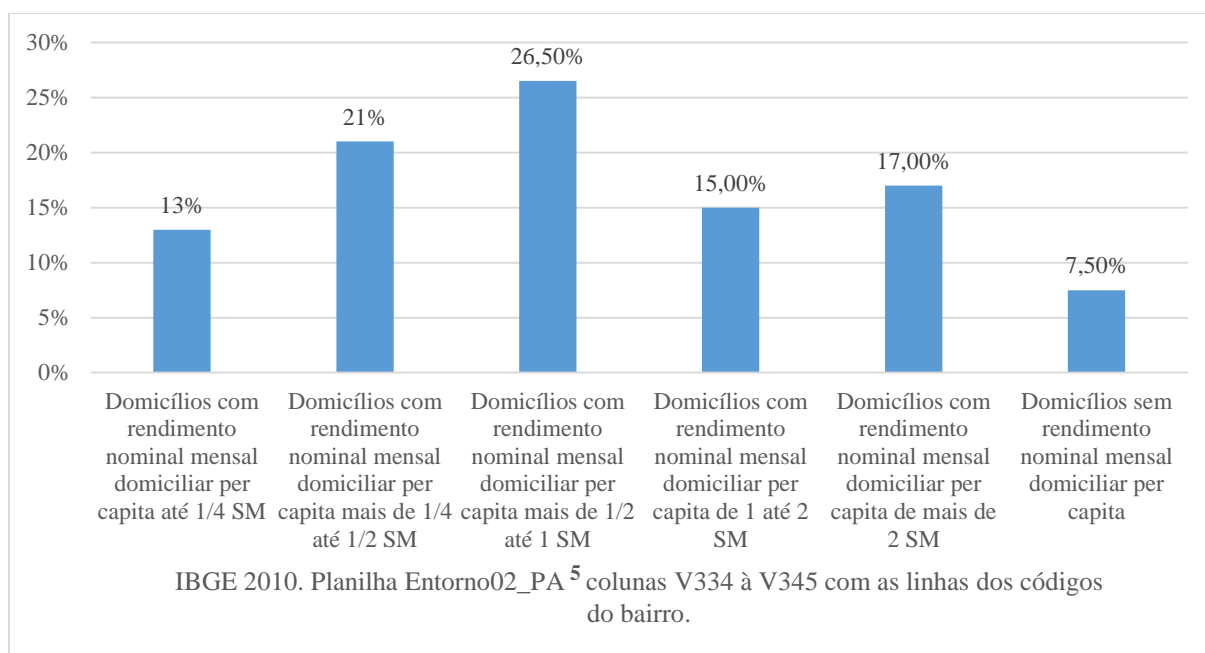
Os gráficos 06 e 07 mostram a renda domiciliar per capita, o IBGE separou os rendimentos em até 1/4, mais de 1/4 até 1/2, mais de 1/2 até 1, mais de 1 até 2 e mais de 2 salários, isso significa que em média cada pessoa por domicílio receberia aquele rendimento.

Segundo a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 7º inciso IV diz que o trabalhador tem direito ao salário mínimo que seja capaz de atender as necessidades vitais e básicas do trabalhador e de sua família (C. F. 1988). Sendo assim, observando-se a renda per capita domiciliar no gráfico 06, replicando-se o valor do salário mínimo em 2010 (R\$ 510,00), verificando-se a média do dólar (R\$ 1,76) naquele ano e adotando-se o critério do Banco

mundial da condição de extrema pobreza (U\$S1,9 por dia) chega-se a algumas conclusões: 13% dos sujeitos estariam quase no limite da linha da pobreza, 21% um pouco acima dessa linha e 7% abaixo, apenas 32% tendo uma condição melhor, isso considerando o teto especificado de cada coluna. Caso o salário mínimo de fato desse para suprir as necessidades vitais e básicas do trabalhador, estariam a maioria dos sujeitos do bairro em uma condição não tão desumana, visto que não supre e estão boa parte no limite acabam ferindo o princípio da dignidade da pessoa humana.

Não se sabe se a rendas das famílias estão inclusos os benefícios governamentais como o bolsa família, ou auxílio moradia, entre outros. Percebe-se que há uma boa quantidade de domicílios com renda maior que 2 salários mínimos no bairro Amapá, boa parte dessas residências – 47% dos 17% - localizam-se na Agrópolis do INCRA, parte mais alta do bairro Amapá.

**Gráfico 06** – Rendimento domiciliar per capita no bairro Amapá no ano de 2010

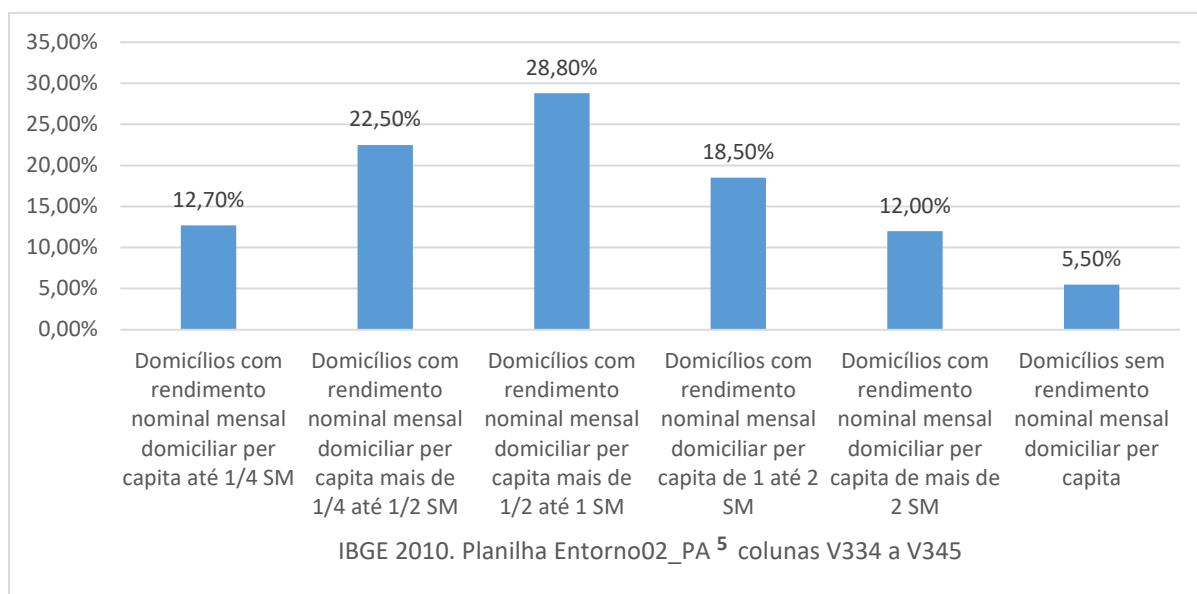


**Fonte:** IBGE (2010).

Fazendo a mesma comparação para com um todo da cidade de Marabá 12,7%, mostrados no gráfico 07, estariam vivendo no limite da linha da pobreza, ou seja, vivendo com R\$ 1,02 a mais em relação a linha da pobreza que é de R\$ 3,23 quando se compara o valor do dólar a época.



**Gráfico 07** – Rendimento domiciliar per capita na cidade de Marabá – PA no ano de 2010



**Fonte:** IBGE (2010).

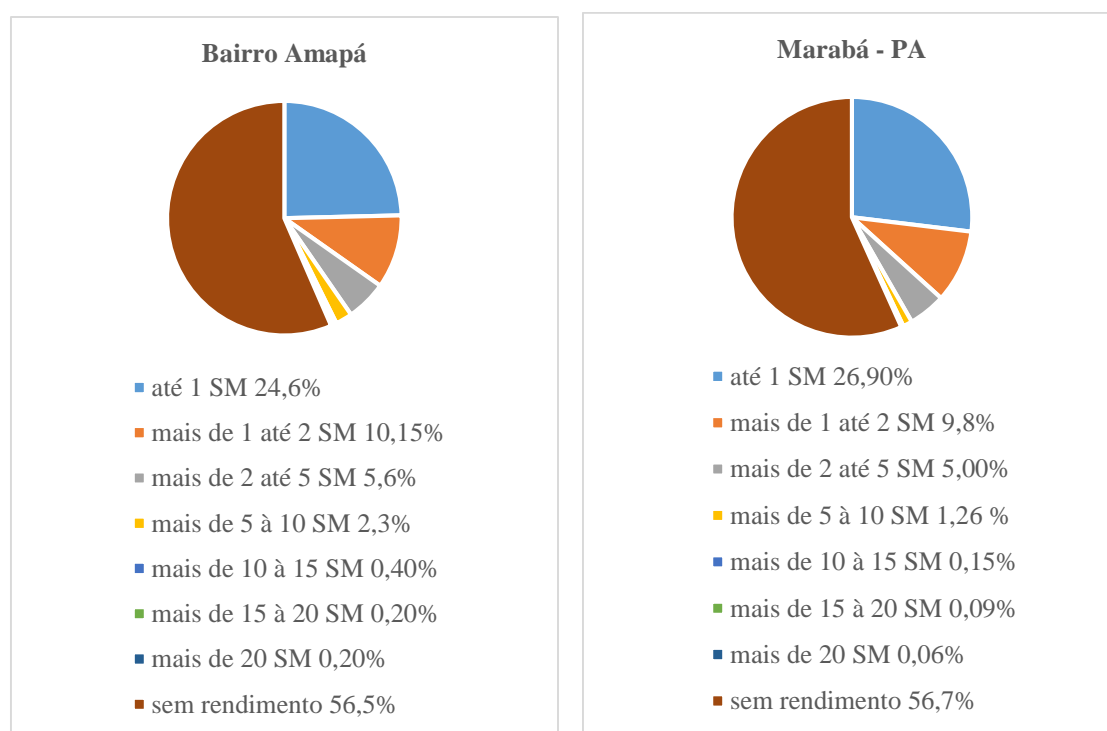
Nota 5: Planilha Entorno02\_PA descrição das variáveis, dados pretendidos, (Salário Mínimo = SM) **V334** Domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita *até 1/4 do SM* – Existe rampa para cadeirante; **V335** Domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita *até 1/4 do SM* – Não existe rampa para cadeirante; **V336** Domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de *mais de 1/4 a 1/2 SM* – Existe rampa para cadeirante; **V337** Domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de *mais de 1/4 a 1/2 SM* – Não existe rampa para cadeirante; **V338** Domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de *mais de 1/2 a 1 SM* – Existe rampa para cadeirante; **V339** Domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de *mais de 1/2 a 1 SM* – Não existe rampa para cadeirante; **V340** Domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de *mais de 1 a 2 SM* – Existe rampa para cadeirante; **V341** Domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de *mais de 1 a 2 SM* – Não existe rampa para cadeirante; **V342** Domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de *mais de 2 SM* – Existe rampa para cadeirante; **V343** Domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de *mais de 2 SM* – Não existe rampa para cadeirante; **V344** Domicílios particulares permanentes *sem rendimento* nominal mensal domiciliar per capita - Existe rampa para cadeirante; **V345** Domicílios particulares permanentes *sem rendimento* nominal mensal domiciliar per capita – Não existe rampa para cadeirante.

No Brasil a diferença de renda entre homens e mulheres é notória. Nos últimos anos a mulher vem conquistando lugar no mercado de trabalho e melhorando sua renda conforme é mostrado nos dados que a PNAD contínua informa. Graças à amplificação de políticas sociais juntamente com políticas de afirmação social de combate às desigualdades de gênero e raça essa diferença vem diminuindo. Apesar dessa ampliação, quando se faz uma comparação de rendimentos percebe-se que há uma diferença significativa (ONU MULHERES, 2016).

Os dados do IBGE (2010) apresentados no gráfico 08 informam que no ano de 2010 essa melhora ainda não havia sido conquistada por boa parte das mulheres do bairro Amapá, cerca de 55% das mulheres entrevistadas não possuíam renda, desta porcentagem cerca de 15% eram da parte mais alta do bairro, demonstrando que as desigualdades de gênero persistem em

todo Brasil. A região Norte do Brasil é onde se tem maior diferença salarial. Com o avanço tecnológico faz-se necessário trabalhadores mais qualificados para o uso das novas tecnologias, sendo assim, a região Norte precisa de instituições públicas e particulares de ensino de qualidade que qualifique os trabalhadores para contribuir para a diminuição da diferença de renda entre sexos, cor e raça e que façam melhor uso das tecnologias para conservação, preservação dos recursos naturais e dos sujeitos do lugar. O gráfico 08 ainda mostra que mais de 50% de pessoas do sexo feminino não possuíam renda em Marabá, isso mostra um pesar para as famílias, visto que a mulher tem se tornado a cada dia chefe de família e sem condições de sustenta-la.

**Gráfico 08** – Pessoas do Sexo feminino com e sem rendimento nominal mensal no bairro Amapá e Marabá / PA no ano de 2010

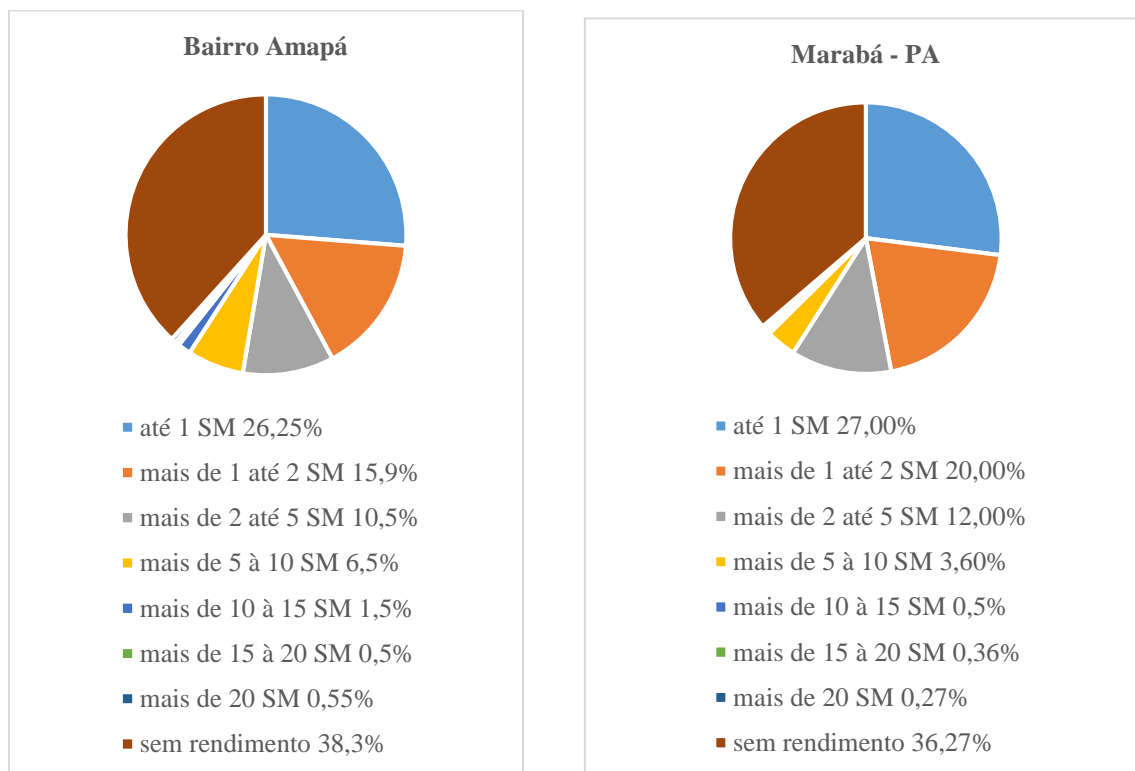


**Fonte:** IBGE <sup>6</sup> (2010).

O gráfico 09 mostra o rendimento nominal mensal de pessoas do sexo masculino do bairro Amapá e da cidade de Marabá. Os números apresentam uma realidade do ano de 2010, quando mais de um terço da população masculina do município não possuía rendimento, uma realidade contrastante com a riqueza mineral da região Sul e Sudeste do Pará. A cidade de Marabá concentrava boa parte dos ganhos da exploração da riqueza mineral. Segundo o IBGE (2010) a renda per capita do município naquele ano é razoável, embora o salário mínimo naquele ano fosse de R\$ 510,00 (Lei 12.255 de 15/06/2010). Quando se observa os dados do gráfico 09 e fazendo uma comparação da renda por sexo, percebe-se que os ganhos das riquezas

geradas pelo subsolo dessa região ficam nas mãos de poucos e os homens ainda ganhando mais que as mulheres na maioria das comparações.

**Gráfico 09** – Pessoas do Sexo Masculino com e sem rendimento nominal mensal no bairro Amapá e Marabá / PA no ano de 2010



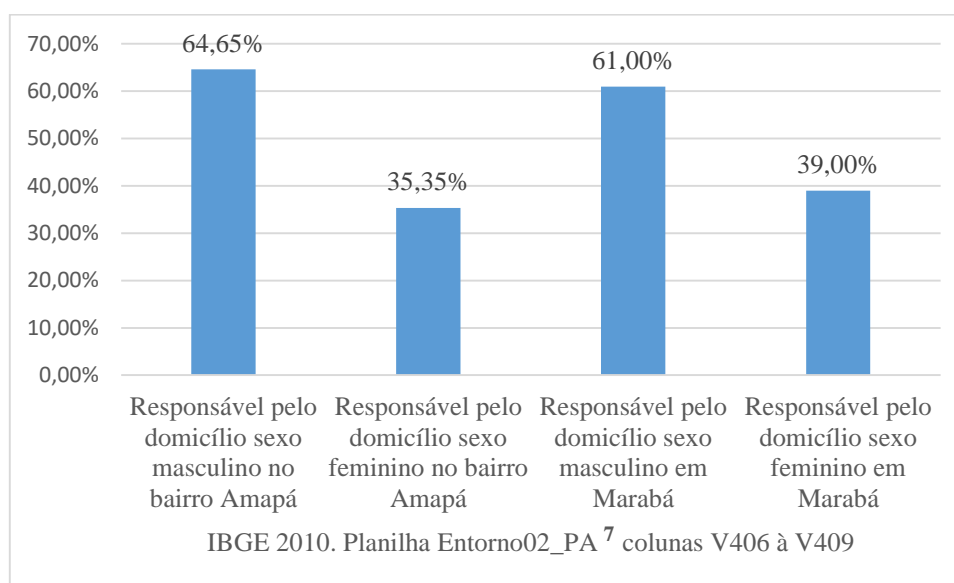
Fonte: IBGE <sup>6</sup> (2010).

Nota 6: Planilha Responsável Renda\_PA descrição das variáveis, dados pretendidos, sexo masculino **V023** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de até 1/2 salário mínimo, do *sexo masculino*; **V024** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 1/2 a 1 salário mínimo, do *sexo masculino*; **V025** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 1 a 2 salários mínimos, do *sexo masculino*; **V026** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 2 a 3 salários mínimos, do *sexo masculino*; **V027** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 3 a 5 salários mínimos, do *sexo masculino*; **V028** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 5 a 10 salários mínimos, do *sexo masculino*; **V029** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 10 a 15 salários mínimos, do *sexo masculino*; **V030** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 15 a 20 salários mínimos, do *sexo masculino*; **V031** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 20 salários mínimos, do *sexo masculino*; **V032** Pessoas responsáveis sem rendimento nominal mensal, do *sexo masculino*; **V045** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de até 1/2 salário mínimo, do *sexo feminino*; **V046** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 1/2 a 1 salário mínimo, do *sexo feminino*; **V047** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 1 a 2 salários mínimos, do *sexo feminino*; **V048** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 2 a 3 salários mínimos, do *sexo feminino*; **V049** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 3 a 5 salários mínimos, do *sexo feminino*; **V050** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 5 a 10 salários mínimos, do *sexo feminino*; **V051** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 10 a 15 salários mínimos, do *sexo feminino*; **V052** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 15 a 20 salários mínimos, do *sexo feminino*; **V053** Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 20 salários mínimos, do *sexo feminino*; **V054** Pessoas responsáveis sem rendimento nominal mensal, do *sexo feminino*.

Cada vez mais as mulheres têm assumido papéis que antes eram tradicionalmente ocupados pelos homens. Com o aumento da escolaridade feminina as ocupações no setor de

trabalho vem sendo territorializadas por mulheres, isso são mudanças importantes no papel que as mulheres podem exercer na atividade conjuntural da sociedade (ONU MULHERES, 2016). Ocupações como dona de casa vem caindo, a cada dia pessoas do sexo feminino vem sendo responsáveis pelo domicílio, é o que mostra o gráfico 10. Embora essas pessoas assumam o domicílio a renda é baixa ou quase nenhuma como fora mostrado no gráfico 09. Cerca de 10% dos 35,35% de mulheres responsáveis pelo domicílio residiam na Agrópolis.

**Gráfico 10** – Responsável pelo domicílio dividido por sexo



**Fonte:** IBGE (2010).

Nota: 7 Planilha Entorno02\_PA descrição das variáveis, dados pretendidos, **V406** Domicílios particulares permanentes com responsável do sexo masculino – Existe rampa para cadeirante; **V407** Domicílios particulares permanentes com responsável do sexo masculino – Não existe rampa para cadeirante; **V408** Domicílios particulares permanentes com responsável do sexo feminino – Existe rampa para cadeirante; **V409** Domicílios particulares permanentes com responsável do sexo feminino – Não existe rampa para cadeirante.

Os elementos apresentado nos gráficos de 03 à 10 – iluminação pública, distribuição de água, esgotamento sanitário – nos revelam uma paisagem dum bairro dividido em benefícios trazidos pela modernidade.

Esperava-se que com os grandes investimentos feitos pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento para Amazônia iniciados na década de 1970, tivesse um resultado melhor, no mínimo, para a cidade de Marabá e conseqüentemente para o bairro Amapá. As concentrações geográficas industriais destes investimentos trouxeram problemas para a cidade, o contingente populacional aumentou e a mão de obra disponível não foi absorvida pela indústria do segmento de minério nem pelas outras industrias atraídas por esse segmento.

A rodovia, um dos investimentos, dividiu o bairro e de uma certa forma houve uma segregação, como afirma Melo (2017). A ponte que deveria fazer uma ligação e trazer melhorias acabou por dificultar a pequena economia do bairro.

Percebe-se que a renda per capita em 2010 é pouca no bairro, muitos não conseguiram se encaixar no mercado de trabalho que era (é) exigente. O segmento da indústria de mineração traz muitos empregos na implantação, depois os serviços mais rentáveis são conseguidos fora da região (MAURÍLIO,2005). Isso pode ser um dos motivos da baixa renda, quando chegam na implantação do projeto são empregados e fixam-se nos locais, depois de certo tempo perdem o emprego e não conseguem recolocação no mercado de trabalho.

Outra coisa a se notar dos dados são a quantidade de mulheres assumindo o papel de chefes do lar mudando o cenário tradicional que o homem ocupava. Muitas são abandonadas com filhos e acabam assumindo o papel de chefes de família, outras ingressam no mercado de trabalho para complementar a renda familiar.

A menção dos dados em separado se faz pela historicidade e aspectos da paisagem vista no bairro. Esta paisagem social revela uma fragmentação do espaço urbano no bairro, uma parte possui mais benefícios – distribuição de água, esgotamento sanitário, e etc. – dos investimentos dos PNDs e outra parte recebe menos benefícios. Não se pode negar que alguns benefícios ocorreram no bairro de modo geral e até na parte mais baixa, mesmo que em pequena escala. Tudo isso até o ano de 2010 pela análise histórica feita até aqui e pelos dados públicos governamentais que mostram uma paisagem dicotômica cujos elementos representados pelos indicadores sociais a caracterizam desta forma.

## **6 RESULTADO DAS DISCUSSÕES:**

### **6.1 O bairro Amapá do século XXI e análise da relação do bairro com a cidade de Marabá**

Para Sposito (1997), a urbanização e a cidade marcam a civilização contemporânea, quando fica difícil imaginar um período da história sem importância das cidades. Entender as cidades de hoje requer uma volta as suas origens como forma de reconstruir sua trajetória, ela é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, construída pelas relações que promovem estas transformações. Essa reconstrução foi feita nas páginas anteriores que nos mostram que a cidade de Marabá é, também, resultado de uma política desenvolvimentista do Governo Federal dos anos 60, uma política de “Polo de Desenvolvimento”.

As cidades coloniais tinham apenas um caráter político-administrativo, militar-defensivo e de recepção e escoamento de mercadorias. A cidade assumiu, com o capitalismo, uma capacidade de produção, que diferenciava totalmente do processo da urbanização ocorrida na antiguidade. Se não fosse a necessidade de ampliação dos espaços sob o domínio do capital comercial, provavelmente a urbanização não teria se estendido a época colonial (SPOSITO,1997). Esse domínio do capital estendeu-se até a região da Amazônia onde possui riquezas naturais para serem exploradas, conseqüentemente a urbanização chega até essa região concentrando serviços, aumentando a demografia populacional e gerando um espaço urbano muito diversificado.

Segundo Corrêa (2001), o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico de lutas; ele aparece como um espaço fragmentado, caracterizado pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra. Essa fragmentação vem da ação de diversos agentes modeladores que produzem e consomem o espaço urbano: proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estados e grupos sociais excluídos.

O espaço urbano é fragmentado e ao mesmo tempo articulado, um completa o outro. Com articulação se quer dizer que cada uma das partes da cidade mantém relações com as demais, ainda que sejam de natureza e intensidade variáveis. Através da articulação o espaço urbano ganha unidade, originando um conjunto articulado cujo foco tem sido o núcleo central da cidade que, entre outras funções, realiza as de gestão das atividades (CORRÊA, 2001).

No caso do espaço urbano de Marabá ele foi modelado, também, pela ação dos agentes governamentais e grandes empresas que atuaram em busca do uso desse espaço, como a exploração mineral, extrativista, pecuarista, energética. A fragmentação que já existia nesse espaço se intensifica após a ação desses agentes, como por exemplo a criação do código mineral que tornava ilegal a garimpagem e tirou o direito de preferência da exploração mineral ao proprietário da terra, quebra o vínculo de sustento que o sujeito tinha com a mineração levando esses sujeitos a outras formas de trabalho que nem sempre os absorvia criando mais um grupo de excluídos fragmentando mais este espaço.

Quanto a articulação, Marabá concentrou serviços público sem determinadas partes da cidade – Marabá Pioneira e Nova Marabá próximo à rodovia Transamazônica– e serviços de comércio em outras partes– Cidade Nova e Marabá Pioneira–mantendo relações com as demais partes. Tendo a Nova Marabá com maior concentração administrativa e dividindo a administração do território (2010\*), reflexo da ação governamental do PND, em 13 Distritos sendo o distrito sede dividido em 5 núcleos.

Segundo Souza (2015), Marabá apresentava uma reestruturação em curso que era a ALPA uma grande siderúrgica que levaria a valorização da produção mineral da região gerando cerca de 16 mil empregos diretos. Isso levou a organização de processos que promoveram uma nova dinâmica no espaço urbano de Marabá. Mas no início das obras da ALPA houve uma paralização, obrigando os migrantes que procuravam melhores condições de vida não se estabelecerem de forma digna na cidade.

Toda essa descrição dos acontecimentos econômicos da cidade é para mostrar a relação dos acontecimentos com os impactos sociais que o bairro apresenta como baixa infraestrutura na parte concentrada da população do bairro, o rendimento econômico para subsistência e algumas mudanças sociais, quando as mulheres passam a assumir papel que antes era mais visível ao homem.

Ainda segundo Corrêa (2001), o espaço urbano é reflexo da sociedade, é mutável, é um condicionante social, é campo simbólico e um campo de lutas. É reflexo da sociedade tanto de ações que realizam no presente e as que se realizam no passado deixando suas marcas impressas nas formas espaciais presentes. É mutável, pois dispõe de uma mutabilidade complexa, com ritmos e natureza diferenciados. É um condicionante social, quando se dá através do papel das obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, as quais desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção. O espaço urbano torna-se um campo

simbólico quando tem dimensões e significados variáveis segundo as diferentes classes e grupos étnico, étnico etc. É um campo de lutas quando a cidade torna-se palco de lutas sociais que visem o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos.

## **6.2 O bairro Amapá de 2021**

O ano de 2020 é marcado pela pandemia do Covid-19 que segue no ano de 2021. Durante este período grandes mudanças aconteceram em todo mundo, muitas pessoas não puderam sair de casa e tiveram que mudar seus hábitos sociais, a economia mundial foi freada e o fluxo rápido exigido pelo grande capital teve que quase parar. Essas mudanças não foram muito diferentes no bairro Amapá dificultando a coleta de dados dos indicadores sociais pretendidos.

O composição da infraestrutura do bairro Amapá 2021, após visualização em campo e dialogo com moradores, é de um bairro que possui: mais de 50% de ruas pavimentadas tendo melhor pavimentação na Agrópolis do INCRA e nas áreas mais altas do bairro e sem pavimentação na área chamado Canto Verde; a iluminação pública é boa; a tubulação de esgotamento sanitário passa pelo bairro mas não capta os detritos da maioria das casas onde a concentração populacional é maior; a água tratada é presente na maioria das casas, embora tenha muitos poços artesianos; as casas do lado da Agrópolis possuem um padrão de calor econômico alto e as casas próximas da transamazônica também, quando se chega as partes mais baixas o calor econômico das casas decaem.

Quanto as instituições públicas do Estado no bairro, elas são das esferas Municipal, Estadual e Federal. Na esfera Municipal temos: Câmara de Vereadores (2010); Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Meio Ambiente e Segurança Institucional; Escola para Jovens e Adultos (EJA), Núcleo de Educação Infantil, Escola de Ensino Fundamental; Posto de Saúde Pedro Cavalcante, Departamento de Vigilância Sanitária, Centro de Especialidade Integrada (CEI), Tratamento Fora do Domicílio (TFD), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Na esfera Estadual: Fórum (2005), Ministério Público do Pará, Defensoria Pública Estadual (2018), Hemopa, Universidade Estadual do Pará (1993). Quanto a esfera Federal: INCRA, INSS, DENIT, Justiça Federal, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal.

A maioria da população está concentrada nas áreas mais baixas topograficamente, cerca de 2/3 da população vivem nessas áreas; o comércio são pequenos e faltam diversos segmentos comerciais que atendam a população.



Para melhor entender o espaço urbano do bairro em 2021 foi feita uma avaliação das características socioeconômicas e espaciais e analisado as interações espaciais entre o bairro e a cidade por meio de indicadores sociais semelhantes ao do IBGE para comparação temporal e assim fazer o diagnóstico.

Segundo Jannuzzi (2001), os indicadores sociais são uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico ou programático; neste caso a pesquisa aplicada aos moradores do bairro Amapá tem o objetivo de deixar mais claro alguns conceitos sociais, aplicados neste trabalho, e construir a imagem do bairro a partir destes indicadores.

### 6.2.1 Traços do bairro

Os dados da Tabela 03 mostram um bairro que possui boa parte de imóveis próprios, demonstrando que este espaço urbano é formado por pessoas que têm uma estabilidade de convivência com o bairro. Quanto a infraestrutura percebe-se que o bairro ainda carece de esgotamento sanitário e água tratada em relação aos dados de 2010. Observa-se também que a coleta de lixo se faz presente na maioria dos imóveis ajudando na não propagação de pragas e doenças no bairro. Observa-se na Tabela 03 os percentuais de posse dos imóveis e suas respectivas infraestruturas:

**Tabela 03** – Posse e infraestrutura dos imóveis do bairro Amapá

Posse do imóvel	Porcentagem (%)	Infraestrutura dos imóveis	Porcentagem (%)
Próprio	78,00%	Energia elétrica	95,00%
Alugado	12,00%	Rede de esgoto	9,50%
Cedido	10,00%	Fossa séptica	92,00%
		Pavimentação	69,50%
		Coleta de lixo	71,00%
		Água encanada (tratada)	79,00%
		Água de Poço	21,00%

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Por outro lado houve uma melhora significativa quanto a água tratada que é levada a casa dos moradores pela companhia de saneamento do estado em comparação aos dados de 2010. Mas há um chafariz que os moradores se servem, indicado na figura 10, que segundo relatos a água vem dum outro poço artesiano de qualidade ruim, antes havia um poço que

abastecia o chafariz e a qualidade era melhor, não se pode dizer se de fato a água está contaminada, mas pode-se depreender pela informação dos moradores que a água não é boa. O poço artesiano pode estar contaminados pela quantidade de fossas abertas no bairro; ao dialogar com os moradores percebeu-se que a maioria das fossas não possuíam revestimento no fundo, fazendo com que houvesse infiltração no solo.

**Figura 10** – Foto do Chafariz comunitário no bairro Amapá – Av. Aeroporto



**Fonte:** Oduvaldo Couto (2021).

Na Figura 11 está contida a localização e a distribuição de serviços mais comuns do bairro. Nota-se que boa parte das quadras possuem pelo menos 3 kits net para alugar na maioria das quadras e no centro da figura observa-se a representação da orla que está sendo construída para propagação do turismo ecológico, essa construção acaba impactando (positiva e negativamente) na vida dos sujeitos que moram próximo.



polo do turismo regional, pois este município concentra os fluxos de pessoas, mercadorias e de serviços.

A Figura 12 mostra as instalações da orla, nessa instalação ocorreram impactos sociais como o deslocamentos de famílias e uma preocupação por certos moradores quanto ao fluxo de usuários de drogas ilícitas, impactos ambientais e paisagístico de melhora. Percebe-se que há uma melhora na imagem do bairro em detrimento a desterritorialização das famílias que antes moravam ali. Segundo informações obtidas na Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Marabá (SDU), apenas 4 famílias foram deslocadas, das quais uma já foi indenizada – até 10/21 – e as outras não. Em conversa com alguns moradores foi relatado que aproximadamente em 2005 foram retiradas cerca de 20 famílias e com a chegada da orla já haviam poucas que resistiram a desocupação anterior, restando poucas famílias a serem indenizadas

**Figura 12** –Local antes da construção da Orla, vista de Leste e Oeste.



**Fonte:** Google Earth Pro (2012).

Observando-se a Figura 12, nota-se que em 2012 já haviam poucas pessoas morando no local. Verifica-se que a casa de cor verde no canto inferior direito mais à direita as casas que ainda restavam. Na Figura 13 percebe-se que já acontece a desterritorialização das famílias para implantação do empreendimento.



**Figura 13** – Foto da Orla do Amapá, implantação do empreendimento, vista de Leste e Oeste.



**Fonte:** Oduvaldo Couto (2021).

Algumas pessoas que moravam onde a orla está sendo construída, como mostra a Figura 12, foram remanejadas para outros locais como na própria parte mais baixa do bairro e quando é o período que o rio cresce – expressão usada por ribeirinhos no período de cheia do rio Itacaiúnas, quando atinge a cota 82 – estas pessoas são atingidas. A Figura 14 temporal mostra a instalação da orla.

**Figura 14** – Imagem temporal de instalação da orla no bairro do Amapá.



**Fontes:** Google Earth Pro (2019 e 2021) e Oduvaldo Couto (2021).

Há dois pontos a considerar com a instalação da orla. O primeiro é que o empreendimento pode se tornar um elefante branco e o segundo é que pode tornar-se-se um ponto de parada do turismo paisagístico, onde o bairro faria parte de um corredor turístico ecológico que sairia da cidade de Itupiranga-PA dando a volta na praia do Tucunaré em Marabá-PA e seguindo até ao Projeto de Assentamento Tibiriçá, além de outras potencialidades.

A grande quantidade de locais para alugar (*kitnets* mostrados no mapa de atividades econômicas) fazem também, parte de um pacote de serviços que atendem a lógica capitalista da região, quando os imóveis se localizam mais próximos aos serviços diminuindo os custos das empresas com transporte, de certa forma, até que seria melhor esta proximidade, mas trata-se de aluguel tornando um custo a mais para o trabalhador. Estas quantidades de locais para alugar revelam que parte da renda de alguns moradores do arrendamento destes imóveis.

Seguindo outros traços que caracterizam o bairro, tem-se a renda per capita domiciliar. A tabela 04 aponta para uma realidade econômica diferente de 2010, nos dados brutos alguns sujeitos passaram a ter um pouco de renda saindo de 7,5% para 2,0% os que não tinham, outros sujeitos passaram a ganhar mais melhorando a renda domiciliar, por exemplo em 2010 apenas 13% tinham renda de até 1/4 do salário mínimo e agora são 36%. Por outro lado o rendimento de algumas famílias diminuíram, às que tinham rendimento domiciliar per capita de mais da metade até um salário mínimo correspondiam a 26,5% chegando agora a 19% das famílias.

**Tabela 04** – Comparação da renda domiciliar Per capita mensal

<b>Rendimentos</b>	<b>Ano 2010</b>	<b>Ano 2021</b>
Sem rendimento	7,5%	2%
Rendimento até 1/4 do salário mínimo	13%	36%
Rendimento mais de 1/4 até metade do salário mínimo	21%	36%
Rendimento mais da metade até 1 salário mínimo	26,5%	19%
Rendimento mais de 1 até 2 salários mínimos	15%	4%
Rendimento mais 2 salários mínimo	17%	3%

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Ao analisar os dados na sua forma bruta percebe-se uma melhora no quadro econômico domiciliar, porém, esse quadro muda quando é detalhado. Observa-se que o rendimento é até o teto estabelecido pela pesquisa, mas possa ser que a renda seja ainda menor. Se fizer a mesma comparação da linha da pobreza (US\$ 1,9 por dia) feita anteriormente, comparando a média da cotação do dólar em real (US\$ 1 é igual a R\$5,33) nos últimos 9 meses de 2021 e observar a

renda per capita deste ano baseado no salário mínimo (R\$ 1.100,00) verifica-se que 38% da população vive abaixo da linha da extrema pobreza.

A pesquisa realizada ao ser detalhada quanto a renda mostra que 9,5% dos domicílios possuem renda domiciliar de menos de 15% do salário mínimo. E quando observa-se para a fonte de algumas rendas, nota-se que são oriundas do Estado, conforme indicado no Tabela 05.

**Tabela 05** – Fonte de renda oriundas de benefícios previdenciários

<b>Rendimentos per capita</b>	<b>Total domicílios</b>
Rendimento até 1/4 do salário mínimo	8% dos 36%
Rendimento mais de 1/4 até metade do salário mínimo	13% dos 36%
Rendimento mais da metade até 1 salário mínimo	55% dos 19%
Rendimento mais de 1 até 2 salários mínimos	25% dos 4%
Rendimento mais 2 salários mínimo	66% dos 3%

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Este dado foi anotado quando perguntado aos entrevistados e aos demais domiciliados sobre a ocupação e profissão, sendo identificado que 21% dos domicílios tinham como fonte de renda benefícios do INSS revelando, também, um espaço urbano dependente de auxílio governamental para conseguir renda. Um dado preocupante já que a capacidade de auto sustentar de outros, que não o beneficiário, dependa dessa auxílio. Durante o período da pandemia do Covid 19 o governo liberou o chamado “Auxílio emergencial”<sup>8</sup> para as famílias que se enquadrassem no programa e boa parte das famílias do bairro se encaixaram neste benefício conforme mostra o Tabela 06.

**Tabela 06** – Auxílios do Estado.

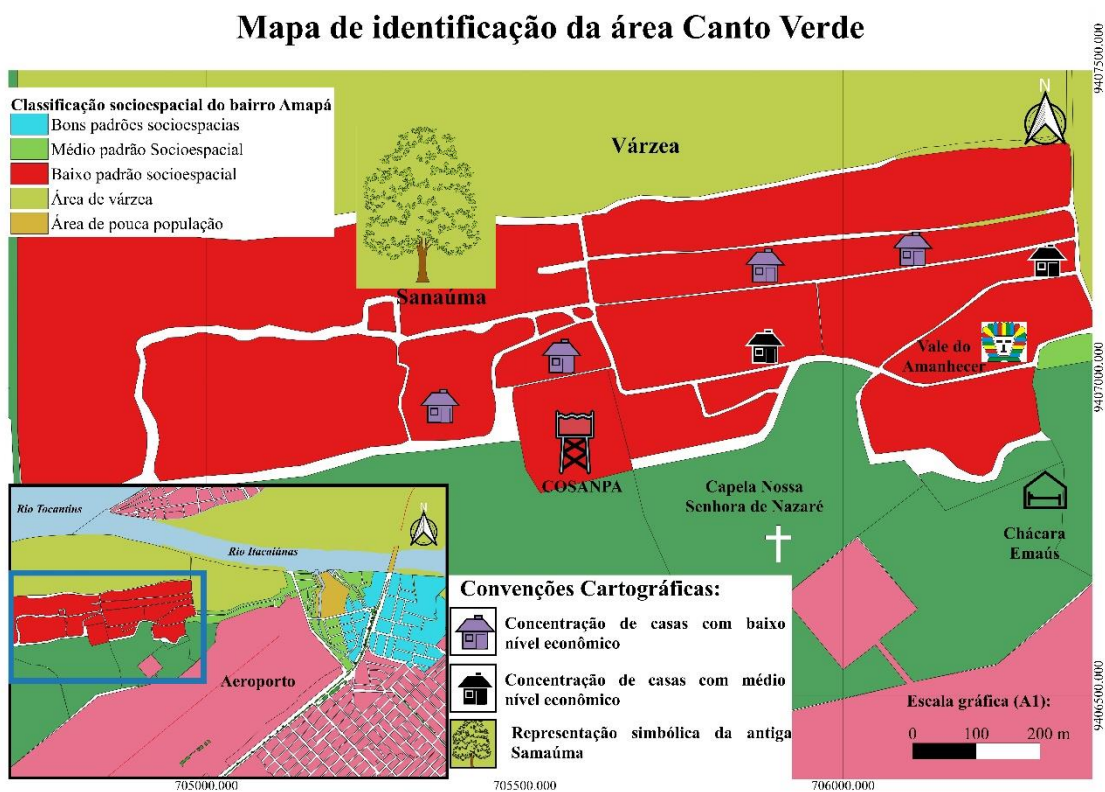
<b>Recebe algum auxílio do Estado? Qual?</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	51%
Não	49%
Bolsa família	38% dos 51%
Auxílio Emergencial	57% dos 51%
Outros	5% dos 51%

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Nota 8: O Auxílio emergencial é um benefício de R\$ 600,00 para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a Pandemia do Covid-19 (novo Corona vírus) já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise. Esse auxílio foi aprovado pelo congresso nacional conforme lei 13.982/2020

Ao analisar a tabela 06 nota-se que mais da metade das famílias recebem auxílios do Estado. Essa ajuda mostra a carência de renda do espaço urbano no bairro Amapá que se intensifica com a pandemia, quando mais da metade das famílias passam a receber o auxílio emergencial. Quando se analisa os dados da renda a partir do espaço urbano dos que moram na área denominada Canto Verde nota-se que a situação econômica piora. Segundo os moradores esta denominação refere-se a uma espécie de árvore chamada Samaúma que havia no local muito frondosa, a localização da área é mostrada na Figura 15.

**Figura 15** – Mapa de identificação da área Canto Verde.



**Fonte:** Oduvaldo Couto (2021).

Nessa área, moram cerca de 120 famílias, segundo a agente de saúde Edilene que acompanhou as entrevistas nesta área. Lá 63% das famílias tem a renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, 25% das mulheres são chefes de famílias, 69% das residências tem energia elétrica, 75% possuem água encanada nas moradias e 81% das casas tem fossa séptica, não há pavimentação. Essas informações mostram uma terceira face do espaço urbano do bairro de extrema pobreza considerando principalmente a renda.

As outras duas faces estão indicadas no canto inferior esquerdo da Figura 15. A área com bons padrões socioespaciais possuem uma boa infraestrutura – esgotamento sanitário,



pavimentação asfáltica etc.– melhor renda per capita e etc. Nas áreas de médio padrão socioespacial a infraestrutura não é completa e a renda média está um pouco acima da linha da pobreza.

Quando identifica-se quem sustenta a família economicamente no bairro Amapá verifica-se que a participação da mulher continua grande em relação à 2010, conforme mostra a tabela 07.

**Tabela 07** – Responsáveis por sustentar a família economicamente.

<b>Sexo</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Homem	50%
Mulher	21%
Homem e Mulher	29%

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

A participação da mulher tem se tornado intensa, a forma como o capital explora a força de trabalho – pagando uma remuneração baixa – obriga a mulher a ocupar determinados postos de trabalho, não para conseguir independência financeira ou liberdade, mas sim para sustento da família, além disso, outras situações acontecem para que a elas se tornem responsáveis por sustentar a família. No caso do bairro Amapá muitas famílias tradicionais – pai, mãe, filhos – tem seus processos de vida familiar interrompidos, homens deixam esposas e filhos e assim as mulheres acabam assumindo o papel de provedora do lar. Comparando com os dados de 2010 (35,35%) há um decréscimo da participação da mulher, mas continua a participação elevada, porque dos 29% existe a participação delas.

Quando analisa-se as profissões e ocupações dos moradores do bairro Amapá verifica-se que a força de trabalho neste espaço urbano tem maior percentual em atividades de menor complexidade. Isso mostra que este espaço, por meio dos sujeitos que nele vivem, possui pouca força de trabalho que se adeque as exigências do mercado de trabalho vigente. A tabela 08 mostra os resultados da força de trabalho do bairro.

**Tabela 08** – Ocupações e profissões.

<b>Ocupações e profissões</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Inativos	3,60%
Menor complexidade	41,00%
Média complexidade	5,00%
Alta complexidade	2,70%

Estáveis	3,70%
Potenciais	44,00%

---

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Embora este espaço tenha maior percentual de força de trabalho em áreas de menor complexidade, o espaço também tem potenciais. Estes potenciais são jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho e estão na fase de estudantes, portanto, isto significa dizer que a geração seguinte pode conseguir não só se encaixar no mercado de trabalho, mas também melhorar as condições de vida deste espaço urbano. Ressalto que as pessoas que atuam nas áreas de média e baixa complexidade fazem parte do circuito inferior da economia que possui mais influência em escala local sendo dependentes do circuito superior da economia.

Até aqui foi traçado a imagem do bairro em 2021 pelo aspecto econômico. Sua infraestrutura demonstra muitas carências na área de saneamento básico permitindo que outros fatores – doenças transmitidas pela contaminação da água e etc. – diminuam a qualidade de vida dos sujeitos, embora haja uma melhora no fornecimento de água potável. As atividades econômicas do bairro carecem de mais investimentos para que se possa suprir a maioria das necessidades dos moradores. Há uma dúvida quanto a construção da orla referentes à que tipo de benefícios poderá trazer e o perfil de renda financeira das pessoas mostram que boa parte dos moradores vivem no limite da linha da pobreza.

### **6.3 Cidadania no bairro Amapá e problemas sociais**

Ao retomar o que disse Corrêa (2001) que o espaço urbano é um campo de lutas e esse campo acontece quando a cidade torna-se palco de lutas sociais que visam o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos, observa-se que o espaço urbano do Amapá é também espaço de lutas. Isso acontece no bairro quando as instituições presentes buscam garantir aos moradores o direito à cidadania – prerrogativas sociais como saúde, educação, alimentação, lazer etc. – isso é dar direitos à cidade obtendo serviços mínimos sem as quais a existência não é digna (HENRI LEFEBVRE, 1975, apud SANTOS, 1987). Para Santos (1987), a cidadania não é algo definido pela lei, esta não esgota os direitos da cidadania, mas é um norte garantidor. O indivíduo deve continuar na busca dos direitos da cidadania, ser um cidadão não é uma conquista e sim um direito.

A evolução da cidadania começou com a conquista de direitos políticos individuais, prosseguindo com a conquista de direitos coletivos até os direitos sociais garantindo ao indivíduo um padrão de vida desce uma proteção mínima contra a pobreza e a doença bem

como uma participação na herança social. As lutas ocorridas para conquista de tais direitos nos países desenvolvidos envolveram uma parcela considerável da população convicta da ideia de sociedade civil e da vocação de igualdade, essas lutas foram antes das grandes mudanças sociais impostas pelo capitalismo (HAGUETTE 1982, apud SANTOS,1987).

No Brasil os direitos de cidadão foram implantados de uma só vez – sem a consciência de cidadania – de forma desigual e estratificada, e em vez de cidadão formou-se um consumidor que aceita ser chamado de usuário. O capitalismo impôs mudanças severas na sociedade e os direitos de cidadania passaram a ser conquistas, o milagre brasileiro (1970) concentrou riquezas e injustiças da sua distribuição o crescimento econômico tinha forte apelo ao consumo. Este consumo apoiado pelas mídias feitas por intelectuais que tinham lido bastante, mas não tinham quase nenhum contato com as lutas políticas, econômicas, culturais e ideológicas práticas do povo brasileiro, invadiram os lares brasileiros nos quais tinham na sua maioria pessoas que não sabiam ler ou escrever, portanto, eram mais vulneráveis a manipulação da informação. Os que vieram após este processo inicial não puderam distinguir aspirações pessoais legítimas e imposições do sistema econômico e político sendo, em parte, vítimas deste processo (SANTOS, 1982).

Santos (1982) ainda diz que a atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço e que o acesso aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também do seu lugar geográfico. No caso do bairro Amapá, o processo capitalista impôs ao longo da história mudanças que não o beneficiaram de forma significativa – o projeto de urbanização foi para a Nova Marabá enquanto o crescimento urbano se dava pelo lado do Itacaiúnas em direção ao Amapá. Caso os recursos aplicados no surgimento do novo bairro fossem direcionados ao melhoramento e ampliação dos direitos do cidadão onde eles estavam a realidade atual seria outra. A geração seguinte, pós implantação urbanística na cidade, foram obrigadas a se deslocarem e o bairro ficou de certa forma esquecido.

Certas prestações sociais indispensáveis a vida descente fora esquecidas pelo Estado, porém, não podem deixar de destacar a atuação do posto de Saúde Pedro Cavalcante, nesse posto a maioria dos moradores locais se consultam atendendo a boa parte das demandas de saúde, embora falte especialidades médicas. No bairro há também duas escolas (Figura 16) que buscam atender a demanda da população quanto a educação regular, mas não supre a necessidade do bairro.

**Figura 16** – Foto das Escolas do bairro Amapá na Av. Aeroporto e Rua das Cacimbas.



**Fonte:** Oduvaldo Couto (2021).

A partir destas e outras prestações sociais é que entram as instituições presentes no bairro instaladas segundo princípios sociais, bem como as religiões presentes que dariam aos sujeitos a busca da satisfação da Espiritualidade, este é também um direito do cidadão, pois neste direito há uma busca de entender o mundo em que vivem.

As prestações sociais das instituições presentes no bairro vão desde atendimento à saúde física e mental, à educação tradicional e acesso à cidade por meio da música e esporte. Pode-se destacar a atuação da Fundação de Assistência à Criança e ao Adolescente (FUNCAD), indicada na Figura 17, que possui aulas de música, futebol e cursos profissionalizantes em parcerias com diversas instituições. As aulas de música permitem aos alunos – na maioria do bairro – acessarem a locais como shoppings, museus e outras cidades com alguns privilégios os quais não seriam possíveis devido a condição socioeconômica – financeira – dos moradores do bairro.

**Figura 17** –Instituição FUNCAD



**Fonte:** Oduvaldo Couto (2021).

A outra instituição denominada Sonho Esperança em Restituir Vidas (SERVI), Figura 18, atua em alguns pilares tais como: educação, saúde, música e etc. Essa instituição atua há mais 3 anos no bairro com atendimento de serviços de saúde em parceria com a Universidade Estadual do Pará (UEPA) nas especialidades como pediatria, ginecologia, otorrinolaringologia e clínica geral, atua com aulas de reforço escolar para alunos do 4º ano ao 9º ano, aulas para tocar instrumentos musicais, doação de alimentos e outras áreas.

**Figura 18** – Instituto SERVI.



**Fonte:** Oduvaldo Couto (2021).

A Associação das Mulheres de Marabá (AMMA) tem uma extensão no bairro e atua em parceria com o SERVI, nessa instituição há o apoio às mulheres de Marabá com ênfase mais no bairro Amapá devido a sua localização. Em um relatório do instituto SERVI mostra que durante o período de sua atuação até abril de 2021 foram realizados cerca de 1.027 atendimentos, sendo 637 pacientes entre adultos e crianças na sua maioria moradores do bairro. Há outras parcerias dessa instituição com instituições públicas como a Casa da Cultura de Marabá-PA, Prefeitura Municipal de Marabá-PA, SESC (Mesa Brasil), e parcerias pontuais com instituições pública e privadas como Vale (Mineração), Banco da Amazônia, Justiça Federal e diversas outras, e parcerias com voluntários, estes últimos são muito importantes para o funcionamento da instituição, já que ela ainda não possui recursos financeiros próprios.

Há outra instituição que atua com dependentes químicos denominada Emaus. Esta instituição se encontra no bairro há mais de 10 anos acolhendo pessoas com dependência química, envelhecidas pelo sofrimento do vício, com pouca escolaridade, abandonados pela família. E por meio da Laborterapia e integração de convivência social ajudam essas pessoas do bairro e de outras localidades.

Tem-se ainda a Associação dos Moradores. Esta já desenvolveu diversos trabalhos como a intermediação entre poder público e moradores, reforçando direitos que os moradores do bairro possuíam, segundo informam alguns moradores.

As religiões presentes no bairro são em sua maioria Cristãs – protestantes históricos, católicos, pentecostais, médiuns e etc. Na tabela 09 é apresentado a importância da Espiritualidade manifestada nas religiões como um dos fatores que mais gostam no bairro. A Espiritualidade é também direito do cidadão que busca entender melhor a vida tão sem significado pelo sistema mundo atual onde os objetos – casa, automóveis, dinheiro e etc. – têm mais importâncias que as pessoas. Na Espiritualidade encontrada no bairro o sujeito tem maior importância que as coisas, isso é manifestado quando a solidariedade é posta em prática com a doação de alimentos e roupas, quando ensinados que as pessoas não são apenas um pedaço de carne que anda, mas há significado na vida que vai além do findar do funcionamento do corpo físico, isso ajudaria na luta contra doenças como depressão, câncer e outras – diagnóstico já comprovadas pela ciência moderna – quando ensinados que a vida encontra sabor no outro, não para explorá-lo, mas sim ajudar a melhor entender o mundo a sua volta e prosseguir em frente melhorando o espaço onde se vive.

Assim, os direitos básicos do cidadão têm sido supridos em parte por estas instituições no espaço urbano do bairro Amapá, mas muitos outros direitos ainda faltam e para conquistá-los necessita-se de lutas e para manter os que já existem também. A luta pela cidadania não se esgota pela criação de uma lei, ela é um instrumento garantidor, o indivíduo deve continuar na busca dos direitos da cidadania (SANTOS, 1982).

A tabela 09 mostra que a religião são uma das coisas que mais os moradores gostam.

**Tabela 09** – Elementos preferidos no bairro e tempo de moradia

<b>Preferências</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Tempo de moradia (anos)</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Rio	28%	0 a 5 anos	18%
Vizinhos	21%	6 a 10 anos	8%
Proximidade aos demais locais da cidade	18%	11 a 15 anos	11%
Tranquilidade	10%	16 a 20 anos	6%
Família	4%	21 a 25 anos	13%
Instituições religiosas	4%	26 a 40 anos	34%
Orla	2%	40 a 60 anos	10%
Demais	3%	-	-

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Pode-se averiguar, ainda, mais algumas coisas: o rio Itacaiúnas é fator identificador do bairro. Essa identificação se dá pelo fato de que boa parte dos moradores (34%) já vivem neste espaço há bastante tempo (26 a 40 anos) e o convívio com este elemento natural lhes trazem um bem inestimável – sentimento traduzido nas muitas falas dos sujeitos entrevistados. O rio é um espaço de lazer para muitos moradores conforme mostra a Figura 19 quando a família e amigos se reúnem para se alegrarem.



**Figura 19** – Ponto de lazer no rio - Final da rua passagem Itacaiúnas



**Fonte:** Oduvalo Couto (2021).

Além disso, o convívio social (vizinhos) é outro fator identificador, pois boa parte já possuem uma ótima relação por estarem morando ali há bastante tempo. Como é o caso de Madalena Alves Rodrigues moradora da rua do Aeroporto que já mora no bairro a 60 anos, vinda do Maranhão em busca de melhores condições de vida hoje, junto com parte de sua família, tem uma posse de área no Projeto de Assentamento Tibiriça e busca a regularização fundiária junto ao INCRA. Embora a comunidade tenha um bom convívio social, há muitos conflitos sociais conforme é mostrado na tabela 10.

**Tabela 10** – Principais problemas do bairro.

Problemas do bairro	Porcentagem (%)
Serviço Público	42%
Social	27%
Estrutural	18%
Econômico	11%
Político	2%

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Os problemas sociais enfrentados pelo bairro foram categorizados conforme tabela 10. Tendo maior destaque para os serviços públicos como falta de policiamento, falta de água e dificuldade em atendimento médico. Seguindo em ordem decrescente os problemas de ordem



social como poluição sonora, drogas ilícitas e falta de lazer e etc.; as estruturais como falta de saneamento e sinalização de contenção de veículos e etc. As de ordem econômica, como a falta de um comércio que atenda às necessidades básicas de alimentação, farmacológica e de entretenimento e etc. E as de categoria política a falta de representação e atendimento aos anseios de um dos bairros mais velhos de Marabá e etc.

Os problemas elencados acima mostram a falta de ação do poder público no quesito segurança nas partes mais baixas do bairro, onde acontece mais índices de violência física e problemas com drogas ilícitas, este entendimento mais apurado dos problemas são relatados nos depoimentos dos entrevistados quando perguntados sobre os problemas. Outro ponto a ser destacado é o de categoria econômica, o bairro utiliza bastante serviço de transporte por aplicativo o que torna a vida mais custosa e a falta de empreendimentos como uma farmácia afeta também a vida de moradores que tem de se deslocar ao bairro Cidade Nova para comprar medicamentos.

#### **6.4 Relação socioeconômica**

Segundo Souza (2010), a diversidade das atividades econômicas da cidade depende, entre outros fatores, da renda média das pessoas e a centralidade econômica que um núcleo ou bairro venha a desempenhar na cidade está também relacionada, entre outros fatores, com a renda média e características culturais. No caso do espaço urbano do bairro Amapá, não se tem uma renda média capaz de atrair uma diversidade de atividades econômicas, como foram mostrados na tabela 04, quando faz a comparação da renda domiciliar per capita em 2010 e 2021, principalmente nas áreas mais baixas. Isso faz com que o bairro mantenha uma relação econômica de dependência de serviços dos bairros onde dispõe desses serviços.

A tabela 11 mostra os bairros que possuem maior relação socioeconômica com bairro Amapá.

**Tabela 11** – Maior frequência relacional socioeconômica com os bairros

<b>Bairro</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Cidade Nova	55,00%
Amapá	15,00%
Marabá Pioneira	12,00%
Nova Marabá	12,00%
Zona Rural	1,30%
Liberdade	1,20%
Novo Horizonte	1,00%
Belo Horizonte	0,40%
Demais Bairros	2,00%
Informação anotada: lazer na praça da Cidade Nova	15%

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Percebe-se maior frequência relacional com o Loteamento Cidade Nova, pois nele estão contidos boa parte dos serviços que o bairro necessita, como farmácia e supermercados. Outro ponto a se destacar é relação com o próprio bairro em determinadas atividades econômicas e sociais, pois o Amapá dispõe do próprio rio como ponto de entretenimento e suas casas como local de lazer.

Ao detalhar mais a relação econômica que o bairro, por meio dos sujeitos que nele moram, possui com os demais bairros percebe-se que determinadas atividades ainda estão concentradas no loteamento Cidade Nova. Os produtos de primeira e segunda necessidade a que se refere a tabela 12 são: de primeira necessidade alimentos, produtos de higiene e beleza; os produtos de segunda necessidade são calçados, brinquedos, eletrodomésticos, peças automotivas; já os serviços são: bancários, médicos, automotivos e cursos.

**Tabela 12** –Produtos e serviços na relação Bairro Amapá e demais bairros.

<b>Local</b>	<b>Pro. de 1ª necessidade</b>	<b>Pro. de 2ª necessidade</b>	<b>Serviços</b>
Marabá Pioneira	1,10%	21,83%	8,90%
Cidade Nova	68,70%	63,44%	39,72%
Nova Marabá	11,67%	11,50%	20,89%
Amapá	16,98%	2,10%	28,76%
Laranjeiras	0,80%	0,70%	0,00%
Revistas	0,50%	0,00%	0,00%
Aplicativos	0,00%	0,00%	0,70%
Demais localidades	0,25%	0,43%	1,03%

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Algumas das famílias utilizam aplicativos como maneira de adquirir serviços e a utilização das tradicionais revistas de catálogos ainda continuam a vigorar para algumas famílias. Muitos serviços como os médicos são obtidos no próprio bairro que tem no posto de saúde uma forma de garantia dos seus direitos como cidadão, embora não tenha muitas especialidades básicas ao dispor no bairro o posto supre em muito com as necessidades de saúde, enquanto serviços como consertos de autos permanecem concentrados no loteamento Cidade Nova. A relação de mais algumas atividades com os demais bairros podem ser observadas por meio dos dados da tabela 13.

**Tabela 13** –Atividades relacionais dos moradores do bairro com os demais bairros

<b>Atividade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Trabalho	15,80%
Escola	5,90%
Religião	5,90%
Família	12,30%
Passeio	8,90%
Compra	37,90%
Saúde	13,30%

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Observa-se que a questão social – família, passeio e religião – estão ligados com a relação com os demais bairros, também, a questão econômica – trabalho e compras – são postas

como fator principal de relação de atividades. Quando inquiridos sobre a questão do lazer a relação continua forte com o Loteamento Cidade Nova onde se encontra a praça São Francisco que foi reformada, lá possui fontes de água, espaço para crianças e adultos brincarem e uma diversificação de atividades econômicas. Seguindo no segmento lazer, o bairro Marabá Pioneira possui forte relação com o bairro Amapá conforme mostra tabela 14.

**Tabela 14** –Locais de atividades de Lazer mais frequente com os demais bairros.

<b>Local</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Marabá Pioneira	17,60%
L. Cidade Nova	17,60%
Nova Marabá	9,60%
Amapá	37,60%
Bom Planalto	0,80%
Jardim União	0,80%
Laranjeiras	0,80%
Liberdade	0,80%
Zona Rural	13,60%
Outras cidades	0,80%

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Como dito por Souza (2010), a diversificação das atividades econômicas dependem da renda e de fatores histórico-culturais. No caso do bairro Marabá Pioneira com o Amapá o fator histórico-cultural pesa, pois esse bairro concentra forças econômicas e culturais, ele é o mais antigo e possui uma praia de água doce denominada praia do Tucunaré que torna-se ponto de lazer dos moradores do bairro Amapá e dos demais bairros de Marabá. Os meios pelo quais todas as atividades da relação acontece é mostrado na tabela 15.

**Tabela 15** –Meios de transporte utilizados na relação socioeconômica

<b>Meio de transporte</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Moto Táxi	5%
Táxi lotação	2%
Ônibus	7%
Transporte por Aplicativo	21%
Moto Privada	19%
Carro Privado	12%
Bicicleta	10%
Pé	24%

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Nota-se aqui uma necessidade de transporte público no bairro. Alguns moradores relataram que anos atrás o ônibus público passava no bairro e que hoje existe dificuldade em conseguir transporte. Também há transtornos em conseguir transporte por aplicativo principalmente para os moradores da parte mais baixa conhecida como Canto Verde.

A relação continua de forma inversa, enquanto verificou-se até aqui a relação do Amapá e demais bairros, pode-se dizer que existem a relação demais bairros e Amapá. Isso pode ser mostrado na composição do bairro mostrando de onde os moradores veem e, assim formando o bairro Amapá. A tabela 16 mostra esta relação inversa.

Tabela da relação inversa demais bairros e o bairro Amapá, ultimo local até territorializarem no bairro.

**Tabela 16** –Migratório.

<b>Último local antes de residir no bairro Amapá</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sempre Moraram	22%
Outras cidades do Pará	12%
Outros Estados	22%
Loteamento Bela Vista	8%
Bairro Marabá Pioneira	7%
Zona Rural	6%
Bairro Liberdade	5%
Bairro Cidade Nova	4%
Loteamento Jardim Belo Horizonte	3%

Loteamento Novo Horizonte	3%
Demais Localidades	8%

---

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2021).

Pode-se dizer também que os serviços prestados pelas instituições presentes no bairro atraem outras pessoas até ali fazendo uma relação inversa. Observa-se que 22% dos moradores vieram de outros Estados, é o caso da Dona Maria do Socorro, uma das entrevistadas que veio do Estado do Piauí direto para o bairro Amapá. Esta migração da Dona Socorro para o Pará junto com mais alguns moradores que vieram morar no bairro fazem parte do conjunto de pessoas que chegaram na época (1980) dos incentivos do Governo Federal.

A relação socioeconômica entre o bairro em questão e os demais bairros mostra que grande parte está concentrada em fazer compras, demonstrando uma necessidade de mais estabelecimentos comerciais no bairro. Outro ponto a se destacar é a grande dificuldade dos moradores da parte chamado Canto Verde, eles se encontram mais distante dos serviços que a cidade e a parte mais alta do bairro têm a oferecer tornando esta relação mais custosa e fragmentada.

O bairro Amapá de 2021 possui dificuldades na sua infraestrutura que precisam ser superadas tais como: rede de esgoto, fornecimento de água tratada e coleta de lixo, bem como precisa manter o padrão de casas que tenham energia elétrica, a superação dessas coisas trará melhor qualidade de vida aos moradores, a orla possui um grande potencial que se não for bem aproveitado pode trazer problemas sérios a comunidade. Quanto a renda per capita, ela influencia na instalação de serviços básicos que os moradores necessitam e pelo quadro nacional de cessão do Auxílio emergencial pode-se prever um quadro não muito bom devido à pouca qualificação profissional dos moradores, já que a economia reabre e nestes tempos essa qualificação é importante para recolocação no mercado de trabalho.

A maioria dos serviços públicos presente no bairro atendem parte da demanda da população do bairro e não chega como deveria. A estrutura física das instituições públicas do Estado existe como presença, mas a ação dessas instituições não têm tanta efetividade. Uma parte das pessoas do bairro que necessitam dos serviços estão em vulnerabilidade social, estes moradores se sentem incapazes de ir até os órgãos, pois no entendimento deles há a crença de não terem o direito a estes serviços, portanto, deveria haver uma busca por parte das instituições a aqueles que precisam. Por exemplo, na saúde quem faz este papel de busca pra levar o serviço é o agente de saúde; já na assistência social este papel é raro; na justiça é mais

raro ainda, mas há casos em que a justiça atua como o da Rosilene Alves Rodrigues que necessitou de cirurgia para seu filho e foi atendida, foi preciso uma provocação.

Para que o atendimento chegue, tem que existir a provocação e isto é raro neste sistema que, por meio de alguns, oprime, desqualifica e trata com indiferença boa parte dos sujeitos do bairro e da cidade; muitos casos existem de atendimento da justiça, mas são raros. Muitas vezes os serviços são dificultados pela burocracia, falta de informação, fragmentação da informação e corrupção de modo geral.

No final de cada entrevista foi perguntado se havia entendido a pesquisa e se teria algo a declarar, houve diversas declarações de necessidades econômicas comerciais no bairro, declarações de preconceitos com os moradores, e se a pesquisa fazia parte de algum projeto ou de alguma forma esta pesquisa poderia ajudar o bairro. Chamou-me a atenção a declaração de uma moradora da necessidade de projetos sociais para os jovens e a necessidade de uma praça para divertimento das crianças.

Nesse Amapá de 2021 é possível perceber a atuação de instituições buscando prover alguns direitos ao cidadão que o Estado não consegue garantir para que os moradores tenham uma vida digna, apesar de muitos problemas enfrentados.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem geográfica do espaço urbano do bairro Amapá se apresenta como resultado de um processo histórico e econômico que não beneficiou grande parte dos sujeitos desse espaço.

Os planos econômicos de desenvolvimento para Amazônia tinham pontos estratégicos de polarização para o crescimento regional, dentre esses pontos o município de Marabá foi escolhido como polo para esse desenvolvimento. A ocupação do Sul e Sudeste do Pará pela pecuária, a reorganização fundiária, a mineração e outros fatores contribuíram para maior polarização, ocorrendo uma concentração geográfica de bens e serviços, o que poderia ser um sinal de prosperidade para a maioria dos habitantes desse município, tornou-se um espaço concentrado de riqueza nas mãos de poucos, onde serviços básicos como esgotamento sanitário adequado havia chegado para poucos, e houve uma participação maior das mulheres como responsáveis pelo domicílio e não como in dependentes.

Tudo isso pode ser visto nos bairros, dos quais podemos destacar o Amapá por falta de planejamento adequado, entre outras coisas. Quando a cidade de Marabá tinha sua ocupação crescendo mais para este bairro os investimentos seguiram para outro lado, uma ideia de planejamento fora do lugar. E neste diagnóstico socioespacial do bairro Amapá e sua relação com os demais bairros pode-se constatar alguns resultados deste desencontro.

Diagnosticou-se que este espaço é bastante fragmentado quanto a renda, a infraestrutura das casas ainda carece de rede de esgoto, as atividades econômicas não suprem a maioria das necessidades dos moradores, os direitos dos cidadãos vem sendo suprido em parte por meio das instituições que atuam no bairro e o espaço vivido tem o rio como um dos símbolo deste espaço, notou-se a participação da Mulher como sustentadora econômica da família continua elevada. Percebeu-se também que a quantidade de serviços públicos presente no bairro chegam aos moradores de forma ineficiente por não haver uma ação efetiva dos órgãos para com os sujeitos que realmente precisam e estão em vulnerabilidade social.

Quanto a relação com os demais bairros, o loteamento Cidade Nova possui maior força relacional, pois nesse loteamento estão contido a maioria dos serviços que os moradores do bairro Amapá necessitam, bem como os bairros Marabá Pioneira e Nova Marabá possuem uma concentração de serviços que o Amapá necessita.



A renda pode traduzir-se na condição de vida das pessoas, pode-se notar que houve uma queda substancial da renda das pessoas do bairro podendo tornar as pessoas mais dependentes de ajuda do Estado para não passarem necessidades básicas, e com a reabertura com maior intensidade das atividades econômicas após a pandemia o quadro de inserção de pessoas nessas atividades pode não ser favorável aos moradores devido à pouca qualificação profissional.

A atividade econômica no bairro precisa ser mais diversificada, embora a renda per capita não atraia investimentos. Espera-se que com a orla os empresários venham ter um olhar diferente para o bairro.

Os direitos dos cidadãos os quais os sujeitos são supridos, em parte, por meio das instituições precisam ser mantidos e a comunidade precisa ter consciência de manter estes direitos contribuindo de diversas formas com estas instituições, bem como buscar novos direitos. A cidadania se aprende e se torna um estado de espírito enraizado na cultura, ameaçada por um cotidiano implacável não basta a cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções; para ser mantida ou ter eficácia e ser fonte de direitos deve estar na lei e, havendo rejeição, ter o direito de reclamar e ser ouvido.

Ainda, identificou-se uma parte do bairro chamada de Canto Verde, neste lugar as condições econômicas e sociais são mais preocupantes. Boa parte desta comunidade vive no limite da linha da pobreza, conforme padrões estabelecidos pelo banco mundial, embora seja um lugar de preservação ambiental, foi ali que as pessoas conseguiram se estabelecer num tempo que as mudanças impostas pelo sistema são severas.

O espaço urbano do bairro Amapá não é homogêneo e possui três paisagens distintas com características particulares como já mencionada anteriormente. A primeira está nas residências próximas a rodovia e o complexo da Agrópolis do INCRA onde as condições sociais são melhores. A segunda imagem é das residências próximas ao rio Itacaiúnas e nos setores entre o hotel Del Príncipe e o Posto Pedro Cavalcante e as instituições seguindo até a rua das cacimbas nestes locais as condições sociais estão um pouco acima da linha da pobreza. E a terceira imagem localiza-se no Canto Verde onde a maioria das pessoas possuem uma condição de vida mais frágil, abaixo da linha da pobreza.

Ainda nesse espaço a relação com o rio e a convivência entre moradores torna a vida menos pesada; o rio ajuda na amenização dos efeitos do clima, é fonte de alimento, lugar de diversão e de trabalho. Assim, o bairro com suas três distinções, seus problemas vão se

mantendo em pé na busca de melhores condições que ajudem a melhorar este espaço nas partes mais baixas.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM. **Agencia Nacional de Mineração**.

Disponível em:

<[https://app.anm.gov.br/dadosabertos/SIGMINE/PROCESSOS\\_MINERARIOS/PA.zi](https://app.anm.gov.br/dadosabertos/SIGMINE/PROCESSOS_MINERARIOS/PA.zi) p>.

Acesso em: 09/04/2020.

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**.

2008. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cotações e Boletins**. Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>>. Acesso em: 05/10/2021

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Atualizada até a emenda constitucional n. 101/2019. Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação ISBN:978-85-61435-84-4.

CASA CIVIL. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Lei nº 12.255 de 15/06/2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12255.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12255.htm)>. Acesso em: 25/04/2020

CORRÊA, Wilson George de Brito. **A ação do GETAT na região sul e sudeste do Pará**. 2016. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Concentração Estado, Território e Dinâmicas Socioambientais na Amazônia). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – PDTSA. Marabá 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajatórias geográficas**. 5ª edição. Rio de Janeiro; editora Bertand Brasil. 2001.

EMMI, Marília Ferreira. **Os Castanhais do Tocantins e a Indústria Extrativa n o Pará até a década de 60**. Papers do NAEA nº 166 ISSN 15169111. Belém 2002.

ENRÍQUEZ, Marília Amélia. **Trajatória do desenvolvimento**. Editora Garamond LTDA. 2010.

KLINK, Jeroen. **A escalaridade e espacialidade do (novo) desenvolvimento, uma exploração conceitual para o debate**. Pacto Federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. Editora Perseu Abramo, páginas: 24 e 25. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Base do censo demográfico 2010. Páginas: 155, 156, 172, 174, 175, 177, 191 e 195. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/estatistica/sociais/populacao/censo](http://www.ibge.gov.br/estatistica/sociais/populacao/censo)>. Acesso em: 05/04/2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Mapas IBGE. Disponível em [mapas.ibge.gov.br/bases-e-referencias/bases-cartograficas/malhas-digitais](http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referencias/bases-cartograficas/malhas-digitais). Acessado dia 26/10/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Banco de Dados de Informações Ambientais – BDIA – Vegetação**. Disponível em: [bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/vegetacao](http://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/vegetacao). Acessado dia 26/10/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acessado em: 06/2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil, Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. Editora Alínea 3ª edição. 2001.

LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. Brasil, século XXI. **Por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. Rio de Janeiro, Letra Capital Editora; 2015.

MELO, Suely. Pereira. **Agentes e Processos da Formação Socioespacial do Bairro Amapá, em Marabá (PA)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá 2017.

MIRANDA, Rogério Rego. **(Contra) Hegemonia e Território do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sudeste Paraense**. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de Geografia. São Paulo 2017.

MONTEIRO, Murílio de Abreu. **Meio Século de Mineração Industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento Regional**. Artigo. Estudos Avançados, páginas 187 a 207.2005.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raimundo Garcia; BARBOSA, Estevão José da Silva. OURO, EMPRESAS E GARIMPEIROS NA AMAZÔNIA: o caso emblemático de Serra Pelada. **Revista Pós Ciências Sociais**. São Luiz/MA 2010 v. 7 n° 13.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS Entidade das Nações Unidas para a igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres; BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; BRASIL Ministério das Mulheres da Igualdade Racial da Juventude e dos Direitos Humanos; BRASIL Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social**. Brasília BR. Encarte Brasil baseado no relatório “O progresso das Mulheres no Mundo 2015- 2016”. 2016.. ISBN 978-85-88201-32-3.

PENHA, Ghislane. **Como surgiu a Agropoles do INCRA no bairro Amapá**. [Entrevista da Servidora Pública Federal via aplicativo de mensagens WhatsApp cedida a] Oduvaldo Couto Borges. Marabá – Pará/BR 2021.

Presidência da República / Secretaria de Planejamento. Programa Grande Carajás – Síntese. **Revista** sd pág. 4.

SANTOS, Milton. **O Espaço da Cidadania e outras reflexões**. Brasília. Fundação U. Guimarães. Vol. 3 2ª edição. 2013. ISBN 978-85-64206-06-09. 224p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro. Record. 9ª edição. 2006. ISBN 85-01-05939-0

SILVA, Gustavo. **Análise da Qualidade Ambiental e de Vida Urbana na Cidade de Marabá/PA: A Bacia Hidrográfica da Grota Criminosa**. 2019. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo 2019.

SONHO E ESPERANÇA DE RESTITUIR VIDAS - SERVI. **Relatório de Atividades do SERVI**. Marabá – PA/BR 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro, 5ª edição. Bertrand Brasil. 2010.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. **O projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá**. 2015. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 8ª edição; editora Contexto, páginas 11, 40 e 41.1997.

VAZ, Vania. **A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará: terra, pecuária e desflorestamento**. 2013. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília (UnB) Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS). Brasília 2013.

## APÊNDICE A - Questionário Socioespacial

- 1 – O domicílio é próprio ou alugado? (1) Próprio (2) Alugado (3) Cedido
- 2 – Quantas pessoas moram no domicílio? (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10)
- 3 – Qual a infraestrutura do domicílio?
- (1) Possui água tratada da COSANPA (2) Possui energia elétrica (3) Possui rede de esgoto (4) Possui fossa séptica (5) A frente do domicílio possui pavimentação (6) Existe coleta de lixo (7) Possui água de poço (8) outro
- 4 – Qual a profissão ou ocupação do entrevistado?
- (1) Advogado (2) Agricultor (3) Do Lar (4) Estudante (5) Pedreiro (6) Professor (a) (7) Servente (8) Servidor público (9) Vigilante (10) outro .
- 5 – Qual a profissão ou ocupação dos moradores do domicílio?
- (1) Advogado; (2) Agricultor; (3) Do lar; (4) Estudantes (5) Não se aplica (6) Professor (7) Pedreiro (8) Servente (9) Servidor público (10) Vigilante (11) Outro
- 6 – Qual a situação de trabalho do entrevistado?
- (1) Empregado (2) Desempregado (3) Autônomo (4) outro .
- 7 – Qual a situação de trabalho dos moradores do domicílio, excluindo o entrevistado?
- (1) Um trabalha e os demais não; (2) Dois trabalham e os demais não (3) três trabalham e os demais não; (4) quatro trabalham e os demais não (5) cinco trabalham e os demais não (6) Não se aplica (7) outro
- 8 – Qual a renda familiar?
- (1) até a metade de 1 S.M. (2) Mais da metade até 1 S. M. (3) Mais de 1 até 2 S. M. (4) Mais de 2 até 5 S. M. (5) Mais de 5 até 10 S. M. (6) Mais de 10 até 15 S. M. (7) Mais de 15 até 20 S. M. (8) Mais de 20 S. M.
- 9 – Quem sustenta a família economicamente?
- (1) Pai (2) Mãe (3) Pai e Mãe (4) Avós (5) Tios (6) Sobrinhos (7) Outro .
- 10 – A família recebe alguma ajuda governamental? (1) Sim (2) Não. Qual?
- (3) Bolsa família (4) Cheque moradia (5) Auxílio Emergencial (6) outro .
- 11 – Deslocam-se com semanalmente a outros bairros? (1) Sim (2) Não (3) Não se aplica.
- 12 – Quantos dias?
- (1) Um dia (2) Dois dias (3) Três dias (4) Quatro dias (5) Cinco dias (6) Seis Dias (7) Sete Dias
- 13 – Qual (s) bairro (s)? Ou se quando se deslocam, qual (s) bairro (s)?
- 14 – Qual meio de transporte utilizado? (1) Público (2) Privado (3) Não se aplica?
- 15 – E o tipo? (1) Automóvel particular (2) Automóvel por aplicativo (3) Bicicleta (4) Moto (5) Ônibus (6) A pé (7) outro.
- 16 – Qual motivo do deslocamento?
- (1) Trabalho (2) Escola (3) Religião (4) Familiares (5) Passeio (6) Compras (7) Saúde (8) Outros .
- 17 – Qual tipo de produtos consome e onde?
- (1) Calçados (2) Marabá Pioneira (3) Núcleo Cid. Nova (4) Nova M (5) Outro
- (1) Brinquedos (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M (5) Outro
- (1) Móveis (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M (5) Outro
- (1) Eletrodomésticos (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M (5) Outro

(1) Alimentos (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M (5) Outro

(1) Prod. de beleza (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M (5) Outro

(1) Prod. de higiene (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M (5) Outro

(1) Peças automobilísticas (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M (5) Outro

18 - Qual tipo de serviços utiliza e onde?

(1) Bancários (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M. (5) Outro

(1) Médicos (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M. (5) Outro

(1) Lazers (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M. (5) Outro

(1) Consertos de automóveis (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M (5) Outro

(1) Curso pré-vestibular (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M. (5) Outro

(1) Curso técnico (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M. (5) Outro

(1) Curso de idiomas (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M. (5) Outro

(1) Ensino fundamental (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M. (5) Outro

(1) Ensino médio (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M. (5) Outro

(1) Ensino superior público (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M (5) Outro

(1) Ensino superior particular (2) Marabá Pioneira (3) Cid. Nova (4) Nova M. (5) Outro

19 – Existe conexão com a internet no imóvel? ( ) Sim ( ) Não.

20 – Qual (s) o meio de conexão (s)? (1) Computador (2) Notebook (3) Tablet (4) Celular (5) Televisão (6) Outro.

21 – Qual (s) principal (s) problema (s) do bairro?

(1) Falta de policiamento (2) Falta d'água (3) Falta de atendimento médico (4) Poluição sonora (5) Saneamento básico (6) outro .

22 – Quais as coisas que mais gosta no bairro?

(1) Rio (2) Vizinhança (3) Acessibilidade aos lugares (4) Morar próximo ao trabalho (5) Outro .

23 – Gostaria de mudar do bairro? (1) Sim (2) Não.

24 – Gostaria de ficar no bairro? (1) Sim (2) Não.

25 – Quantos anos moram no bairro? .

26 – Qual a Naturalidade?

27 – Onde moravam antes deste bairro?



## APÊNDICE B – Cartão Resposta

Questão	Questão
<b>01</b>	<b>17</b>
1 2 2	1 2 3 4 5
	1 2 3 4 5
<b>02</b>	1 2 3 4 5
1 2 3 4 5 6 7	1 2 3 4 5
	1 2 3 4 5
<b>03</b>	1 2 3 4 5
1 2 3 4 5 6 7	1 2 3 4 5
	1 2 3 4 5
<b>04</b>	1 2 3 4 5
1 2 3 4 5 6 7 8	1 2 3 4 5
9	1 2 3 4 5
10	
<b>05</b>	<b>18</b>
	1 2 3 4
	1 2 3 4
	1 2 3 4
	1 2 3 4
	1 2 3 4
<b>06</b>	1 2 3 4
1 2 3 4	1 2 3 4
	1 2 3 4
<b>07</b>	1 2 3 4
1 2 3 4 5 6	1 2 3 4
	1 2 3 4
	1 2 3 4
	1 2 3 4
	<b>19</b>
	1 2
<b>08</b>	
1 2 3 4 5 6 7 8	<b>20</b>
	1 2 3 4 5
<b>09</b>	
1 2 3 4 5 6 7	<b>21</b>
	1 2 3 4 5 6
<b>10</b>	
1 2 3 4 5 6	<b>22</b>
	1 2 3 4 5
<b>11</b>	
1 2 3	<b>23</b>
	1 2
<b>12</b>	
1 2 3 4 5 6 7	<b>24</b>
	1 2
<b>13</b>	
	<b>25</b>
<b>14</b>	
1 2 3	<b>26</b>
<b>15</b>	
1 2 3 4 5 6 7	<b>27</b>
<b>16</b>	
1 2 3 4 5 6 7 8	
Obs.:	